



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária		REUNIÃO Nº: 0188/18	DATA: 24/04/2018
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 19h06min	PÁGINAS: 93

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Superintendente de Planejamento da Expansão e Meio Ambiente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF. WILSON NÉLIO BRUMER - Presidente do Conselho Curador da Fundação Renova. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Diretor-Executivo da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe. VICENTE ANDREU GUILLO - Ex-Presidente Agência Nacional de Águas — ANA.

SUMÁRIO

Debate sobre o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve intervenção ininteligível. Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Especial relativa ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, a respeito da desestatização da ELETROBRAS.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 6ª Reunião. Pergunto aos Srs. Deputados se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura, a pedido do Deputado Arlindo Chinaglia.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para tratarmos, em audiência pública, do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Haverá a exposição dos Srs. Murilo Sérgio Lucena Pinto, Superintendente de Planejamento da Expansão e Meio Ambiente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF; Wilson Nélio Brumer, Presidente do Conselho Curador da Fundação Renova; Ailton Francisco da Rocha, Diretor-Executivo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Sergipe; Vicente Andreu Guillo, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Convido os Srs. Murilo Sérgio Lucena Pinto, Wilson Nélio Brumer, Ailton Francisco da Rocha e Vicente Andreu Guillo a tomarem assento à mesa, com muita honra.

Convido também a tomar assento à mesa o Sr. Relator, o extraordinário e brilhante Deputado José Carlos Aleluia, padrinho do São Francisco.

Antes de passar a palavra aos senhores expositores, eu peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. Será de 10 minutos o prazo, prorrogável, a ser concedido aos expositores, que não poderão ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 5 minutos para interpelar os expositores.

Concedo a palavra ao Sr. Murilo Sérgio Lucena Pinto, que dispõe de 10 minutos.



O SR. MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Boa tarde, senhoras e senhores, Srs. Deputados.

Eu sou da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Para iniciar este debate, vou fazer uma breve apresentação sobre os empreendimentos da CHESF localizados no Rio São Francisco.

(Segue-se exibição de imagens.)

A CHESF tem a concessão destas usinas, a Usina de Sobradinho, com 1.050 megawatts, a Usina de Luiz Gonzaga, com 1.480 megawatts, a Usina de Apolônio Sales, com 400 megawatts, o Complexo de Paulo Afonso — Paulo Afonso I, II, III e IV — e a Usina de Xingó. Esse é o conjunto de empreendimentos que a CHESF tem no Rio São Francisco.

Só vou localizar os empreendimentos e a Bacia do Rio São Francisco. O Rio São Francisco tem 2.500 quilômetros de extensão desde a sua nascente até a sua foz, e os empreendimentos da CHESF ocupam uma faixa de mil quilômetros entre Sobradinho e a foz do São Francisco.

Esses empreendimentos são licenciados pelo IBAMA. Trata-se de um licenciamento federal. Nós temos uma série de ações decorrentes desse licenciamento. O reservatório de Sobradinho está hoje com capacidade de 37%. Isso decorre da grande crise hídrica por que estamos passando na Bacia do São Francisco.

Só para os senhores terem uma ideia, atualmente a vazão defluente do reservatório de Sobradinho está na faixa de 600 metros cúbicos por segundo; em condições normais do rio, ela fica em torno de 1.300 metros cúbicos por segundo.

Essa necessidade de redução da vazão decorreu dessa grande crise. Essa redução não é definida pela empresa, e sim pela Agência Nacional de Águas e pelo IBAMA, conjuntamente com o Operador Nacional do Sistema.

Como eu disse, a CHESF tem licenciamento do IBAMA. Nós desenvolvemos algumas ações que são associadas à revitalização do São Francisco. Cito como exemplo o Viveiro Florestal de Xingó. Fizemos uma produção, nos últimos 5 anos, de 1 milhão de mudas de espécies nativas da região. Essas mudas são utilizadas para recuperação das matas ciliares e das áreas degradadas.



A CHESF também possui atividade de piscicultura em Paulo Afonso, para peixamento dos reservatórios. Nos últimos 5 anos, produzimos mais de 5 milhões de alevinos.

Nós fazemos também uma avaliação da qualidade da água. Nós temos 400 postos de amostragem de monitoramento da qualidade da água de cunha salina. Isso abrange mais de 1.100 quilômetros.

Eu estou à disposição dos senhores para prestar qualquer esclarecimento que desejem.

Minha apresentação foi bem sucinta. Ela só oferece uma visão do que seriam os empreendimentos da CHESF no Rio São Francisco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Concedo a palavra ao Sr. Wilson Nélio Brumer.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Boa tarde a todos.

Queria saudar os Srs. Deputados e dizer da satisfação de estar aqui presente e poder eventualmente dar alguma contribuição a respeito do trabalho que a Renova vem desempenhando.

(Segue-se exibição de imagens.)

A origem da Fundação Renova, diferentemente do que está sendo discutido aqui hoje, está ligada a uma coisa inédita em termos de Brasil e até de mundo, que foi o grande desastre ambiental que infelizmente aconteceu após o rompimento da barragem da empresa Samarco. Foi atingida uma área, como os senhores podem ver, de mais ou menos 650 quilômetros entre Minas Gerais e o Espírito Santo.

Esse acidente, esse desastre representou a colocação de milhões de metros cúbicos de lama no Rio Doce. Diga-se que nesse rio já havia problemas antigos e sérios. Vamos ser realistas. Em boa parte da minha vida profissional, eu trabalhei naquela região. Então, conheço razoavelmente o Rio Doce. Esses problemas, no entanto, não justificam nada. O que aconteceu piorou muito a situação, certamente. Os senhores podem ver aqui que estamos falando de quase 40 milhões de metros cúbicos de lama que foram jogados no Rio Doce e em seus afluentes.

Se pudermos dizer que houve alguma sorte nesse processo, precisamos mencionar que havia uma barragem hidroelétrica no rio, a Candonga, que segurou



mais ou menos 20 milhões de metros cúbicos. Imaginem, se ali não estivesse, tudo isso teria seguido em direção ao mar.

Infelizmente, o acidente representou 19 mortes. Isso é irrecuperável. Isso aconteceu durante o dia. Imaginem se tivesse acontecido à noite. Ali existe uma comunidade com mais ou menos 300 famílias. Imaginem o que poderia ter ocorrido.

Em função do que aconteceu, as empresas sócias da Samarco, no caso a Vale e a BHP, juntamente com a Samarco, fizeram um compromisso judicial a partir da assinatura de um TTAC, um termo de transação e de ajustamento de conduta, incluindo o IBAMA, o ICMBIO, o Governo de Minas, o Governo do Espírito Santo, a Agência Nacional de Águas — ANA, enfim, vários segmentos, e se comprometeram a direcionar para ali recursos através da Fundação Renova, que começou a atuar a partir de 2016.

Ficou acordado que essa fundação seria de direito privado — isso é importante para o tema, imagino que esteja eventualmente dando alguma contribuição aqui —, não teria nenhum fim lucrativo e seria responsável pelos programas de reparação. Ela é regida por leis, é supervisionada pelo setor do Ministério Público que trata de fundações, e tem autonomia total, administrativa, patrimonial, financeira e operacional. Não confundamos, portanto, as empresas mantenedoras com a Fundação Renova. Uma coisa é a Vale, a BHP e a própria Samarco, outra coisa é a Fundação Renova com esse seu compromisso.

Em termos de governança, tem uma governança extremamente complexa. Eu diria que o grande *stakeholder* dessa governança, certamente é a sociedade que foi atingida por esse desastre. Trata-se de uma governança extremamente complexa. Há a participação de um comitê interfederativo — vou em seguida mostrar quem compõe esse comitê —, de um conselho curador, do qual sou Presidente, de um conselho consultivo, que está mais próximo às comunidades, de um conselho fiscal, de uma ouvidoria, de uma diretoria executiva, que toca o dia a dia, e de uma área de *compliance*, que analisa todos os efeitos de segurança sob o ponto de vista de patrimônio, sob o ponto de vista de risco em relação à empresa.

Temos um painel de especialistas. Os senhores concordam que, às vezes, quando são discutidos aspectos ambientais, existem opiniões divergentes. Então, compõem esse painel de especialistas pessoas realmente especializadas e



conhecedoras do tema ambiental. Em relação a tudo isso há também uma auditoria independente, que, no entanto, é objeto da curadoria do Ministério Público de Minas Gerais, principalmente do setor do Ministério Público que trata de fundações.

Essas são as funções específicas de cada órgão, o papel do Conselho Curador, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo.

O Comitê Interfederativo é basicamente o órgão que assessora a fundação nos vários programas que têm de ser implementados. Para que entendam um pouco a complexidade dessa governança, compõem o Comitê Interfederativo estes vários órgãos: o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA e da Agência Nacional de Águas; o Governo Federal, através da Casa Civil; o Governo do Estado de Minas, através da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Agricultura; o Governo do Espírito Santo; a representação dos Municípios de Minas Gerais; a representação dos Municípios do Espírito Santo; e o próprio Comitê de Bacias.

Como se vê, essa é uma governança bastante complexa. Em alguns momentos, acabamos atrasando então alguns projetos.

Eu disse que o grande *stakeholder* disso é a comunidade, porque, no final do dia, ela é que foi a afetada. Houve ali efeitos não só de caráter ambiental, mas também de natureza econômica. Neste momento que vivemos no Brasil — vamos falar de maneira bastante pragmática —, temos problemas de natureza econômica, problemas quanto à capacidade de investimento, existem empresas que foram afetadas por não estarem podendo prestar no local serviços a outras empresas e, às vezes, às próprias Prefeituras dessa região.

Esta é toda a região atingida. Nós estamos falando de vários Municípios. Mais de 30 Municípios foram atingidos, tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo. Em cima disso, foram implementados n programas. Alguns deles estão mais adiantados. Certamente precisamos ter a humildade de reconhecer que ainda temos muito a avançar, ainda temos muito a aprender, ainda temos muito a pensar.

Quando aceitei o convite para ser o presidente desse conselho, imaginei esta estratégia e a apresentei aos meus colegas: *“Se, no final desse processo, após investirmos alguns bilhões de reais, como já foi acordado, a região ficar como era, acho que não teremos feito um bom papel. Temos que deixar a região melhor do*



que era”. Para se alcançar isso, será necessária a implantação de uma série de programas. Vamos ser muito pragmáticos também e inovar em muitas coisas.

Vou dar alguns exemplos a respeito disso. Há problemas relacionados a manejo de rejeitos, gestão hídrica, animais, biodiversidade, reassentamento, que é um problema seríssimo. As pessoas que perderam suas casas, suas residências, por mais que estejam bem acomodadas hoje, não estão na casa delas. Certamente esse é um dos grandes problemas.

Quanto ao processo de infraestrutura, o que fazer do rejeito? Na própria área ambiental existe uma discussão. É melhor tirar todo o rejeito ou, em alguns casos, é melhor manter o rejeito como está? Possivelmente, ao se fazer a retirada agora, retira-se o resto de vida que ainda existe no rio. Essa é uma discussão muito técnica, em que há opiniões diferenciadas, dependendo de quem pensa.

Tenho dito aos vários colegas que é preciso trabalhar visando o futuro. Infelizmente, o acidente, o desastre aconteceu. Se ficarmos falando do passado, vamos ficar falando do passado. Digo de maneira muito franca a todos os senhores que estão aqui presentes que devemos olhar para o futuro. Quanto a esse futuro, precisamos trabalhar realmente para que haja, além da recuperação de tudo aquilo que foi afetado, o desenvolvimento socioeconômico da região, de maneira muito melhor, comparando-se com o que existia antes.

De novo, eu passei por aquela região. Se pudéssemos, estatisticamente, tirar as grandes empresas ao longo do Rio Doce, o Índice de Desenvolvimento Humano da região — apenas para utilizar um índice, qualquer que seja — talvez seja comparável ao das regiões mais pobres do Brasil.

Existe uma série de movimentos já realizados para que a economia se recupere no local: fundos de capital de giro, fundo de equalização — pode parecer um termo muito técnico —, mas queremos diminuir a dependência da região da mineração. Não é muito fácil implementar esse conceito, porque, queiramos ou não, a região se desenvolveu em torno da mineração. Mas queremos trazer alternativas ao desenvolvimento da região.

O que é um fundo de equalização? Queremos que, para empresas já localizadas na região ou que lá venham a se instalar, no que compete ao financiamento dessas empresas, que os juros sejam cobertos a fundo perdido por



esse fundo de equalização. Outro projeto que estamos implementando é a maior utilização da mão de obra local e das empresas locais. Para isso, precisamos de maior competitividade das empresas. Não podemos pagar mais do que seria o preço de mercado. Como consequência, precisamos melhorar a competitividade.

Esse fundo ambiental talvez seja a minha menina dos olhos. Temos ao longo do Rio Doce e seus afluentes mais ou menos 2.500 pequenos produtores rurais. Por outro lado, temos que reflorestar 40 mil hectares. Ao reflorestar 40 mil hectares, por que não chegar perto dessas áreas atingidas e fazer desse reflorestamento alguma coisa que seja sustentável, não só sob o ponto de vista ambiental, mas também sob o ponto de vista econômico?

Quanto aos programas de saneamento, 30 prefeituras hoje já estão com recursos suficientes para resolver o problema de saneamento. Temos 500 milhões de reais alocados para esse programa. Esses 500 milhões de reais vão resolver o saneamento da região do Rio Doce? Não. Mas temos convocado prefeitos, autoridades e lideranças locais para que saiam do tradicional. Amanhã uma parceria público-privada ou um consórcio de Municípios vão ser implementados; enfim, “n” soluções que deverão servir, de tal forma que esse recurso seja multiplicado por “x”.

Eu tentei ser muito rápido. Essa apresentação, que é muito mais completa, estará à disposição dos senhores, com cada um desses programas detalhadamente. Fico à disposição para as perguntas que tiverem agora e para qualquer coisa que possamos ajudar. Certamente, os senhores também podem visitar o *site*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Wilson.

Chamamos agora o Sr. Ailton Francisco da Rocha, Diretor Executivo da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe. V.Sa. disporá de 10 minutos, prorrogáveis.

O SR. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Quero agradecer pelo convite para subsidiar esta Comissão Especial. Cumprimento o Plenário, em nome do Deputado João Daniel, do PT de Sergipe; os palestrantes, em nome do Dr. Vicente Andreu, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas.



Vou fazer uma explanação baseada exclusivamente no uso múltiplo dos recursos hídricos do Rio São Francisco, que é um tema muito relevante para ser avaliado por esta Comissão Especial.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começo a explanação por essa reflexão do Papa Francisco, na *Laudato Si*, no capítulo da água.

No capítulo da água, diz o santo Padre: “*A poluição, o desperdício, a má gestão dos recursos hídricos e a apropriação da água por grupos privados ameaçam a humanidade e expõem os países a conflitos ainda neste século se os cenários de escassez, com impactos diretos sobre os custos dos alimentos, não forem enfrentados com seriedade*”. Então, esta é uma bela reflexão.

No tocante ao uso múltiplo dos recursos hídricos, existe uma base legal que é conhecida de todos nós: “*A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas*”. Isso está posto no art. 1º da nossa Lei nº 9.433, de 1997.

Diante dessa perspectiva do uso múltiplo das águas, nós temos alguns desafios nacionais com relação ao desenvolvimento regional sustentável que são sinalizados pela expansão da geração hidrelétrica na Região Norte, pela expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, pelo déficit hídrico sinalizado no Nordeste e no Sul e pela poluição hídrica na nossa faixa leste da zona costeira.

No tocante ao São Francisco, nós sabemos que a área é de quase 640 mil quilômetros quadrados, há mais de 2.800 quilômetros de extensão, mas há um detalhe que é muito importante que se frise: a caixa d'água do São Francisco está no alto e médio, leia-se aí Minas Gerais e Estado da Bahia, sendo responsável por 95% do seu potencial hídrico.

Há um dado que preocupa: a vazão média natural do São Francisco em Sobradinho — isso é dado de 2016 — hoje é de 2.589 metros cúbicos por segundo, e já foi de 2.850 metros cúbicos por segundo. Eu vou mostrar mais adiante o que levou a isso.

Associando também o potencial dos nossos aquíferos, é bom destacar o Urucuia e o Bambuí. O Aquífero Urucuia percorre seis Estados, principalmente o oeste baiano, e é responsável, segundo estudos da ANA, por quase 90% da vazão de base do São Francisco.



Então, nós temos sempre que pautar que é preciso associar gestão integrada dos recursos hídricos superficiais com as águas subterrâneas, que são irmãs siamesas. Não podemos trabalhar isso de forma dissociada. Isso também é um dado relevante.

No tocante ao São Francisco, os usos múltiplos preponderantes são: uso industrial, irrigação, geração de energia, atividade minerária, pesca, preservação ambiental, navegação e, agora mais recentemente, transposição de bacias para o Nordeste setentrional. Então, tem que se ter esse olhar da multiplicidade do uso das águas do Rio São Francisco.

Dentro dessa perspectiva do uso múltiplo, observam-se alguns conflitos já instalados entre irrigação e geração de energia, entre mineração e o uso da água para abastecimento humano. Então, já há um conflito instalado na bacia desde a sua parte alta até a parte baixa do Rio São Francisco.

Se nós formos observar o volume acumulado do reservatório equivalente do São Francisco, nestes últimos anos, houve um declínio muito grande no seu armazenamento. É lógico que é agravado pela seca, pela longa estiagem, mas essa perda não é apenas indicação da falta de chuva. Há um problema muito grande com relação à governança.

E aqui vem um grande desafio. Nos dados hidrológicos recentes, percebe-se que, nas vazões naturais de Três Marias, houve uma redução de 26%, e, em Sobradinho, houve uma redução das vazões naturais da ordem de 37%. Isso é muito preocupante.

Por conta disso, em decorrência dessa longa estiagem, a Agência Nacional de Águas, em boa hora, juntamente com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, a CHESF, a CEMIG, o Comitê da Bacia e os órgãos do Estado resolveram, então, fazer uma gestão de crise e passaram a trabalhar com a redução de vazões, que hoje está no patamar de 550 metros cúbicos por segundo, o que tem sido extremamente danoso principalmente para o Baixo São Francisco, mas foi a solução encontrada, porque, se não fosse assim, notadamente o volume de Sobradinho, desde ano passado, já estaria operando no volume morto.

Há também uma proposta bastante inovadora da ANA, a ser implementada ainda, que eu chamo de gestão de risco, com uma resolução que estabelece faixas



de operação para Três Marias e Sobradinho de acordo com o volume acumulado. Isso é um avanço na gestão de recursos hídricos, algo a ser perseguido. Estamos na fase de transição entre a gestão de crise e a gestão de risco.

Já foi apresentado o aproveitamento do efeito cascata do Rio São Francisco pela CEMIG e pela CHESF. Há um detalhe importante dentro desse contexto. É que, no olhar do ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico, nosso sistema de geração de energia está todo interligado. Então, isso é algo muito relevante, porque, de repente, se formos observar esse olhar do sistema elétrico com o da gestão do uso múltiplo da água, isso vai precisar de algum aprimoramento, para evitar que um setor não se beneficie mais em detrimento de outros, coisa que normalmente acontece. E as consequências disso é que houve alterações na sazonalidade das vazões dos rios e alterações na magnitude e frequência das cheias, o que compromete, e muito, a sua biodiversidade, a biota, enfim.

Há um grave problema do Rio São Francisco. Dentre todos eles, o mais preponderante, o mais relevante, acho que é o desmatamento. Segundo estudos recentes do Plano da Bacia do São Francisco, 48% da área da bacia hidrográfica do Rio São Francisco está desmatada. O mais grave é que esse desmatamento ocorre justamente nas suas áreas de recarga, comprometendo o potencial hídrico não só de água de superficial, como também de água subterrânea. A partir daí, existe aquele déficit em Três Marias, como visto nos eslaides anteriores, e aquela redução com relação à vazão média natural.

Esta é uma foto recente de áreas entrando em processo de desertificação no oeste baiano, em cima de áreas de recarga do Aquífero Urucuia. Isso é extremamente preocupante. Qual é a consequência desse desmatamento? Assoreamento. Quem padece mais com esse assoreamento é justamente o Baixo São Francisco na sua foz. Há quem diga que os rios começam a morrer pela foz, e o São Francisco, lamentavelmente, apesar de ser caudaloso e ser o rio da unidade nacional, está agonizando.

Além desses problemas de montante, há também os problemas de jusante. Com a redução de vazão, ocorre uma intrusão da cunha salina, comprometendo a qualidade da água não só para abastecimento humano, mas também para a biodiversidade, a biota do Baixo São Francisco.



Diante desse quadro, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco elaborou e aprovou recentemente um Plano de Bacias com seis eixos para trabalhar a revitalização do São Francisco: governança e mobilização social; qualidade da água e saneamento; quantidade de água e usos múltiplos; sustentabilidade hídrica do Semiárido; biodiversidade e requalificação ambiental; e uso da terra e segurança de barragens.

Estipulou a conta da revitalização em 30,8 bilhões de reais, no horizonte entre 2016 e 2025, dos quais 532,5 milhões seriam aplicados pelo próprio comitê a partir da cobrança pelo uso da água bruta e 29,6 milhões de reais por outras fontes, dentre os quais 25% serão destinados para abastecimento de água, 63% para esgotamento sanitário e 9% para recuperação de áreas degradadas.

Diante desse cenário, eu destaquei alguns desafios para mostrar que o problema do São Francisco não é somente a falta de chuva. A revitalização perpassa por toda essa complexidade, incluindo problemas de governança. Eu destaquei a gestão dos reservatórios visando ao múltiplo uso da água. É importante que a gente trate disso com muito carinho e com aprofundamento dos estudos. Outros desafios são o de investir significativamente na melhoria do sistema de saneamento, porque há um passivo ambiental muito grande nessa área; o de apostar na conscientização ambiental, porque muita gente ainda degrada por ignorância — outros degradam por ganância. Por isso, trabalhar essa conscientização ambiental é muito relevante. Mais um desafio que destaco é o de implementar um plano estruturado e abrangente de revitalização da bacia hidrográfica, principalmente voltado para a preservação e recuperação das áreas degradadas e sua transformação em áreas de recarga.

Agora, eu destaquei aqui, em vermelho, o que eu acho que é o grande desafio em decorrência da sazonalidade das águas: implantar o pacto das águas superficiais e subterrâneas com definição das vazões de entrega do Rio São Francisco. Essa é uma agenda muito importante, que deve ser iniciada o quanto antes.

Em linhas gerais, era essa a minha apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Ailton.



Ouviremos agora o Sr. Vicente Andreu Guillo, ex-Presidente da ANA — Agência Nacional de Águas, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento todos os Deputados na pessoa do Deputado Darcísio Perondi, Vice-Presidente da Comissão, e os meus colegas ocupantes da Mesa.

Quero fazer uma abordagem a respeito desse tema tratando principalmente de três questões. A primeira delas é o aprendizado que nós tivemos do ponto de vista da gestão de recursos hídricos a respeito dessas crises que nós atravessamos nas principais bacias hidrográficas brasileiras, com foco na Bacia do São Francisco, que têm como característica serem também bacias geradoras de energia elétrica.

Há um segundo aspecto da minha apresentação. Eu, como Presidente da ANA, acompanhei todo o processo de constituição da Fundação Renova durante o desastre de Mariana. Eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito da revitalização do Rio São Francisco e da governança que está sendo proposta pelo Projeto de Lei nº 9.463, de 2018.

Por último, se o tempo me permitir, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito da implicação do modelo que está sendo proposto em termos de privatização do sistema ELETROBRAS para a gestão de recursos hídricos no Brasil.

Preliminarmente, informo que não vou tratar aqui da questão das distribuidoras do sistema ELETROBRAS, porque, obviamente, do ponto de vista de gestão de recursos hídricos, essa é uma abordagem bastante diferenciada.

Agora, vamos falar um pouco sobre o aprendizado que obtivemos com as crises hídricas das bacias hidrográficas brasileiras que atravessamos nos últimos 6 anos.

De início, eu gostaria de deixar aqui para os Deputados uma pergunta à qual eu pretendo depois voltar para tentar responder. Vamos imaginar a Bacia do São Francisco com a crise que atravessou, já tendo sido privatizada. Nós precisamos fazer essa análise, e essa análise é absolutamente possível a partir do que vivenciamos em todas as grandes bacias hidrográficas brasileiras. Qual é o principal aprendizado que obtivemos com as crises que estamos atravessando, focando na questão dos usos múltiplos da água e do setor elétrico? É o aumento significativo dos conflitos pelo uso da água entre o setor elétrico e os demais setores usuários.



Se no passado as nossas bacias tinham aquilo que se chamava de vocação para a geração hidrelétrica, os usos que passaram a ser estabelecidos nessa bacia não mais permitem dizer que as bacias hidrográficas brasileiras tenham como prioridade a geração de energia elétrica, e sim os usos múltiplos da água.

O nível de conflito que houve entre o setor elétrico e os demais usuários foi de toda sorte. Felizmente, pelo espírito público e pelo fato de grande parte dessas empresas e da própria ONS terem como vocação a solução com espírito público, nós conseguimos enfrentar alguns eventos com sucesso e outros infelizmente nem tanto.

Onde vivenciamos esses conflitos? Por exemplo, na navegação. A Hidrovia Tietê-Paraná simplesmente fechou durante o ano de 2015 e 2016. E mesmo agora, no ano de 2017, correu o risco de ser interrompida, porque a prioridade foi a segurança energética, em detrimento da navegação.

A navegação no Rio São Francisco, senhoras e senhores, acabou. Não existe mais navegação no Rio São Francisco, porque nós administramos, num primeiro momento, para a segurança energética e, num segundo momento, para a segurança hídrica daquela bacia.

Nós temos conflitos com a irrigação. Na Bacia do São Francisco existem diversos perímetros públicos de irrigação, além de uma quantidade imensa de usuários privados de água. Como é que você administra uma situação de crise, se essa bacia deve ser administrada para a segurança do setor elétrico ou se deve atender os usos múltiplos da água? Não existe alternativa para a água nessas bacias, enquanto para a questão elétrica, evidentemente, pode haver outras fontes.

Houve praticamente o fim da piscicultura em Ilha Solteira, na Bacia do Paraná, durante a crise do Rio Paraná, com conflito entre o setor elétrico e a piscicultura. E a piscicultura é uma atividade importantíssima no nosso País. Houve também conflitos muito grandes entre o setor elétrico e o setor ambiental no nosso País. A poluição, a salinização da Foz do Rio São Francisco, todas essas questões apareceram como um aprendizado importante durante essa crise.

Apareceu também, do outro lado, não só da seca, outra questão sobre a qual eu penso que há um aprendizado significativo, que é operar uma bacia hidrográfica com vistas ao controle de cheias. O controle de cheias na Bacia do Rio Madeira,



onde existe um conflito estabelecido entre o usuário privado Jirau e o usuário privado Santo Antônio, tem acarretado prejuízos e riscos significativos à população de Porto Velho e a todas as populações que são atingidas pelo reservatório dessas duas usinas.

Agora, há um elemento novo que apareceu na gestão das crises do setor elétrico, para o qual eu queria chamar a atenção dos Deputados. Nós estamos falando de bacias que são muito grandes. São Francisco tem 630 mil quilômetros quadrados, Tocantins tem 1 milhão de quilômetros quadrados. São bacias imensas. Que problema tem aparecido de maneira muito visível na gestão dessas bacias? O conflito federativo.

Nós estamos atravessando uma situação em que os Estados a montante e os Estados a jusante têm conflitos em relação à gestão desse recurso, porque, obviamente, os Estados querem garantir, numa situação de crise, e não tendo uma perspectiva de futuro, o máximo de água nas suas bacias hidrográficas.

Isso apareceu no Rio São Francisco com o conflito da CEMIG, em Minas Gerais, e no Médio e Baixo São Francisco com a CHESF em relação à locação de água. Felizmente, a CEMIG e a CHESF, volto a dizer, com espírito público, conseguiram tomar medidas de gestão na Bacia do Rio São Francisco que impediram que essa crise se transformasse numa verdadeira tragédia.

Agora, vamos olhar para a Bacia do Rio Madeira, que eu acabei de mencionar aqui. Imaginem a Bacia do Rio São Francisco, onde o lado de Três Marias é privado e o lado de Sobradinho também, embora ele ainda esteja indefinido, porque a CEMIG não está sendo privatizada, mas a CHESF tem proposta de privatização. Basta olhar o que está acontecendo no Rio Madeira, onde o conflito pelo interesse da manutenção da geração entre Jirau e Santo Antônio inviabiliza completamente a tomada de uma decisão!

O que tem acontecido? Falamos da melhoria da regulação entre setor elétrico, ANEEL, ANA, gestão de recursos hídricos, mas o que acontece nessas bacias? Acontece a judicialização. A solução de conflitos em bacias como a do Rio Madeira tem sido sistematicamente judicializada, diferentemente do que ocorre numa bacia como a do Rio São Francisco, que foi administrada com espírito público.



Qual é a consequência disso? Nós vamos ter que mudar a operação dos reservatórios do setor elétrico no Brasil. Nós vamos ter que sair da visão de segurança energética e passar para a visão de segurança hídrica. Não dá mais para continuarmos fazendo essa gestão dessa maneira, com a lei não escrita, porque a lei diz que, em situação de escassez, o uso prioritário é o abastecimento, mas depois todos os usos são equivalentes. No entanto, o que temos na prática, em função da própria constituição dessas bacias? Há uma lei não escrita que privilegia a operação dos reservatórios.

Do ponto de vista de gestão, esse foi o aprendizado. E do ponto de vista da hidrologia? Eu tenho assistido às audiências públicas aqui e acho que algumas coisas que estão sendo passadas para a população brasileira não são corretas. Está-se dizendo que, com a privatização, vai se acabar o risco hidrológico ou risco hídrico. O risco hídrico ou hidrológico é inerente, é intrínseco a uma bacia de qualquer geração de natureza hidrológica, hidráulica, por quê? Porque o fenômeno do risco hídrico tem duas vertentes. Uma vertente é a econômica. O que se pode fazer para adotar mecanismos econômico-financeiros de maneira a reduzir o risco hidrológico? Mas o risco hidrológico vai acontecer de qualquer maneira?

Se nós estivéssemos operando a Bacia do Rio São Francisco, obrigando que fossem mantidas as condições mínimas de operação dessas bacias, na chamada energia assegurada, eu asseguraria aos senhores que a CHESF estaria falida, simplesmente porque no risco hidrológico da Bacia do São Francisco, pelo fato de haver uma integração do sistema de transmissão brasileiro, permite-se trazer energia de outras regiões para aquele ponto e, mais, permite-se fazer o chamado mecanismo de realocação de energia, o MRE, que compensa em favor da sociedade — e não em favor do empreendedor apenas — o risco hídrico que aquela bacia atravessa. Portanto, eu queria dizer que o risco hídrico ou risco hidrológico é intrínseco, não vai desaparecer. O problema é saber quem vai pagar por isso.

Imaginar que uma empresa privada teria condições de assumir, no caso da Bacia do Rio São Francisco, 6 anos de risco hidrológico, sem que isso fosse transferido para a sociedade ou fosse judicializado, do meu ponto de vista, é uma mentira, ou melhor, não é uma mentira, mas não é uma verdade que está sendo apresentada aqui.



O que está acontecendo também? Nós estamos com aumento das incertezas. Hoje, as séries hidrológicas brasileiras, aliás, do mundo, não têm mais o condão de explicar o futuro. Para que serve uma série hidrológica? Você olha para o passado, esse passado é estável. Olhando para o passado, você diz: *“Bem, o futuro vai ser dessa maneira”*. O setor hidrelétrico brasileiro está absolutamente à mercê das incertezas climáticas e hidrológicas do planeta, inclusive as nossas bacias.

Há outra questão. As nossas crises estão sendo mais frequentes, mais intensas e mais duradouras. Nós estamos atravessando uma crise há 6 anos no Rio São Francisco. Isso nunca aconteceu na história.

Se pegarmos o Rio Madeira, veremos que foi da cheia de 2014 à menor vazão em 2016, e novamente está em uma situação de cheia. Se pegarmos o Rio Tocantins, observaremos que ele passou de uma situação de seca extrema no ano passado para uma situação este ano em que um trecho da bacia — a bacia é imensa — está sob inundação. Nós atravessamos isso no Rio Paraíba do Sul. Nós atravessamos isso no Rio Piranhas-Açu. Nós atravessamos isso no Rio Paraná. Nós atravessamos isso também na Bacia do São Francisco. Portanto, as variações serão mais frequentes.

Aí vem a pergunta fundamental sobre a questão climatológica: essas variações são estruturais ou são apenas conjunturais? Elas vão passar? O setor elétrico já reconhece hoje que essas variações são estruturantes. Isso vai ter implicação na operação de todos os reservatórios brasileiros. Isso vai ter implicação na energia assegurada das usinas.

O Tribunal de Contas da União, há pouco tempo, ao analisar esse problema de onde está sumindo água, propôs a batimetria dos reservatórios brasileiros. Sobradinho, inclusive, não a fez; a Bacia do São Francisco ainda não a fez, que eu saiba.

Essa é uma parte pequena do problema. A parte principal do problema é que a hidrologia mudou, na minha opinião e na de muita gente, de maneira estruturante. Nós vamos ter que alterar a operação dos reservatórios. Isso vai alterar o planejamento do setor elétrico, isso vai alterar a operação do sistema brasileiro de transmissão. Imaginem um sistema interligado sob operação do setor privado, não



para a garantia da segurança hídrica — falo sempre da questão hídrica —, mas para a garantia do seu interesse econômico para geração de energia!

Se hoje se construiu... Por que o Brasil tem um sistema interligado na transmissão? Ele foi construído para garantir que você pudesse olhar para as bacias hidrográficas brasileiras de maneira a haver complementariedade, ou seja, quando estivesse chovendo numa bacia e não estivesse na outra, você pudesse se aproveitar dessa condição.

A Bacia do Paraná recebe hoje em São Paulo, a mais de 3 mil quilômetros de distância de Rondônia, 4 mil megawatts da Bacia do Rio Madeira. Se você transformar a transmissão num patrimônio privado, que será gerenciado não com a lógica da garantia da segurança hídrica, mas com a lógica da maximização da operação, do lucro dessas empresas, do nosso ponto de vista nós vamos ter um risco muito grande.

E trago para os senhores a resposta àquela pergunta: com esse aprendizado da crise, como é que teria sido a operação da Bacia do São Francisco se a CHESF já tivesse sido privatizada? Eu posso responder aos senhores com segurança: seria impossível de ser feita. Ou, na melhor das hipóteses, na melhor das hipóteses mesmo, ela seria muito, muito mais difícil. Quando você opera uma bacia como a do Tocantins, em que há empreendedor privado e público, o empreendedor público é um colchão em relação à operação para o lado do setor privado.

Tocantins tem empreendedor privado. Foi operada na crise do Tocantins no ano passado com espírito público, mas eu volto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dr. Vicente, o senhor teve 10 minutos mais 5 minutos. Agora terá mais 5 minutos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Está bem, eu vou tentar, então, abordar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Tranquilamente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Eu concluo. Asseguro que, se a CHESF tivesse sido vendida há 6 anos, teria sido impossível administrar a operação como foi administrada.

A segunda contribuição ao debate é sobre a revitalização do Rio São Francisco e o modelo que está sendo proposto, que, inclusive, é o ponto central



desta audiência. Eu quero dizer que acompanhei, como Presidente da ANA, toda a crise do desastre em Mariana e posso assegurar...

Eu, particularmente, sou um fã da solução que foi adotada em relação à constituição da Fundação Renova. Acompanhei isso, foi uma decisão pessoal da Presidente da República Dilma Rousseff. Ela dizia o seguinte: *“Vocês estão querendo estatizar o acidente?”* Por quê? Porque todo mundo queria pegar aquele dinheiro e jogar no cofre do Estado ou do Município, quando ela dizia: *“Quem vai ter que fazer a gestão disso é o setor privado”*. Através do quê? Através de uma participação social muito intensa, seja no conselho deliberativo, seja na assembleia geral da Fundação Renova. Eu sou um fã da Fundação Renova. É uma pena que uma parte do movimento social não tenha chegado a essa mesma conclusão.

Há, contudo, perguntas que diferenciam muito um acidente de um bem público. Um acidente é indenização, é dinheiro privado. Se nós olharmos para o Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, veremos que o que está sendo proposto ali é que os recursos para revitalização do Rio São Francisco sejam recursos públicos. Por quê? Porque serão descontados do valor das outorgas das usinas. Portanto, em essência, é uma decisão de reduzir, tomada em nome da sociedade: se você tinha direito a dez, como ele vai ter que gastar um na revitalização, você só vai pegar nove. Esse dinheiro é público.

Não é possível, na minha opinião, pelo que eu acompanhei, repetir a experiência da Fundação Renova no processo de revitalização do Rio São Francisco, não é possível.

E há mais: essa não é a única alternativa. Você poderia repassar o recurso para um Comitê de Bacia Hidrográfica, você poderia repassar o recurso para a CODEVASF, você poderia repassar o recurso para os Estados. Mas essa ideia que está no projeto de lei é absolutamente inviável, e remete a outras perguntas. Por que só a revitalização da Bacia do São Francisco, se a ELETROBRAS é uma empresa que tem usinas em outras bacias hidrográficas?

Há outra pergunta: no caso de se conseguir montar uma entidade privada para gerenciar recurso público sob a ótica privada, quem será responsabilizado pelo fato de não fazer ou pelo fato de gastar mal?



Portanto, não é possível, na minha leitura, pelo meu aprendizado, não é possível, no projeto de lei, você levar a mesma racionalidade que você está levando para a Fundação Renova. E volto a dizer: sou um fã de carteirinha da Fundação Renova e do modelo que foi constituído para gerenciar recurso privado.

Se você dissesse assim: *“Nós vamos tirar 9 bilhões do lucro da empresa”*, seria uma coisa, mas dizer que você vai tirar 9 bilhões do valor da concessão, que é uma questão pública... Na minha opinião, não dá para reproduzir esse modelo, infelizmente — e digo infelizmente porque todos somos a favor da revitalização de São Francisco.

Há um terceiro aspecto que, para mim, é fundamental: é a questão da implicação desse modelo de privatização, das suas alternativas em relação à gestão de recursos hídricos — eu já consumi um tempo muito elevado, agradeço. A partir do debate que vai se estabelecer, espero que nós possamos fazer aqui este comentário. Na minha opinião, sob a ótica de recursos hídricos, o modelo mais perverso que poderia ser apresentado para a sociedade brasileira é esse modelo empacotado, vestido para festa, de aumento de capital da ELETROBRAS. Esse modelo será um modelo que vai potencializar os conflitos nas bacias hidrológicas e vai ter como contrapartida a explosão das tarifas de energia elétrica no nosso País.

Inicialmente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado pela oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dr. Guillo, muito obrigado.

Entramos agora na fase de inscrição para debates.

Primeiro, falará o Deputado Arlindo Chinaglia, por 13 minutos. Falará por S.Exa. pela inscrição própria e pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço, Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo e ao cumprimentar o Relator e os convidados, eu quero fazer primeiro um registro, que diz respeito a uma matéria divulgada pela Agência Sportlight de Jornalismo. Ela informa que, ainda em 2017, a ELETROBRAS contratou sem licitação uma empresa de assessoria, ao valor aproximado de 2 milhões de reais. Portanto, fere a legislação. E há algo pior: desde então, as notícias



que, digamos, embalam a privatização do sistema ELETROBRAS aumentaram de maneira vertiginosa.

Informo, portanto, que vamos fazer representações onde couber, em todos os órgãos de fiscalização, para que isso seja esclarecido, inclusive na Comissão de Ética da Presidência da República, no que diz respeito ao Presidente da ELETROBRAS.

Há um segundo ponto. Ao cumprimentar a todos, quero agora destacar as palavras do ex-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA, que honra a tradição de qualificados funcionários em seu quadro, sejam públicos ou não. Falo isso primeiro porque tive uma ponta de preocupação — indevida, confesso — quando ele disse que era fã do modelo da Fundação Renova. O Sr. Wilson fez questão de dizer que era uma empresa de direito privado. Vou deixar mais claro: ela foi constituída por três empresas. São as empresas que causaram o maior desastre ambiental da história, que matou 19 pessoas.

E concordo integralmente com o Presidente da ANA, o Sr. Vicente Andreu, quando este salientou — e isto me alivia muito, não preciso nem mais falar — que o modelo não serve, porque há indenização. Agora, o que eu quero acrescentar é que a indenização não está sendo cumprida.

Inicialmente, o Ministério Público determinou que 20 bilhões de reais deveriam ser aportados. Manobras de todos os tipos resultaram num acordo com o mesmo Ministério Público para aplicar, nos primeiros 5 anos, 2 bilhões de reais, parte desses 20 bilhões de reais.

Vou afirmar, mas depois quero a confirmação ou não do Sr. Wilson. Tenho aqui os textos que esclarecem que, 2 anos depois, ainda falta concluir a indenização de famílias e a reconstrução de cidades. De forma mais sucinta, num prazo de 15 anos, teriam que colocar 20 bilhões, e até agora não colocaram praticamente nada. Quero, então, dizer que o Projeto Renova não está cumprindo seu objetivo.

Há um terceiro ponto. Quando nós estamos aqui discutindo, no fundo, no fundo, o chamado uso múltiplo das águas, é bom ter em conta que a ONU prevê que, até o final do ano 2030, as reservas hídricas do globo terão diminuído 40%.

Então, se alguém imagina que este debate tem a ver com as pessoas que, legítima e corretamente, se preocupam com algumas espécies animais — porque já



se fez muita piada com referência à construção de hidrelétrica —, é bom saber que nós estamos tratando da sobrevivência da humanidade. O mundo continuará, a humanidade, desse jeito, não.

Portanto, estamos aqui discutindo — nós, contrariamente à privatização do Sistema ELETROBRAS —, e há vários argumentos. Para começar, o valor aplicado e atualizado do empreendimento, segundo cálculos consagrados, está em torno de 370 bilhões de reais. Se somar 40 bilhões de reais para receber, passa de 400 bilhões de reais. E há um número mágico. Quero fazer um requerimento de informação para saber de onde surgem esses 12 bilhões de reais.

Na verdade, quero falar de um parecer da Procuradora da República, junto ao Tribunal de Contas da União. Quero falar devagar, porque nós temos falado aqui reiteradas vezes e contestado, sempre sem prova.

A doutora diz o seguinte: *“A venda de seis distribuidoras de energia elétrica, incluída no pacote”* — a que ela chama eufemisticamente — *“de reestruturação da ELETROBRAS provocará enriquecimento sem causa de agentes privados e aumento de tarifas ao consumidor”*.

Essa conclusão consta de um parecer do Ministério Público de Contas, que atua no tribunal. Esse é um documento que foi obtido pela *Folha de S.Paulo*. Creio que a Câmara deva ter direito ao acesso a todo o estudo. Mas até agora não o obtivemos. Aliás, esse parecer, e nós o cumprimos, contraria o seminário organizado pelo próprio Tribunal de Contas da União, aonde só foi gente a favor para debater. Temos que cobrar isso do Tribunal de Contas. Estamos fazendo isso publicamente.

Ela diz: *“Parte dos passivos remanescentes das distribuidoras será apropriado à parcela “A” da tarifa de energia, que corresponde aos custos não gerenciáveis, provocando aumento da conta de luz”*.

E ela vai além: *“O aval para a privatização tem de levar em conta não só a vantagem econômica para a área estatal, ‘mas aspectos patrimoniais da União e adequação do serviço público ao pleno atendimento’ dos cidadãos”*.

Essa consequência imediata nós comemoramos. Não vai dar para fazer a privatização no prazo que estava sendo previsto, dada a pressa do Governo em vender esse riquíssimo patrimônio público.



Ela afirma: *“Pelo modelo, aprovado em fevereiro pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS, a estatal assumirá as dívidas das empresas de distribuição”.*

Eu quero acrescentar, mais uma vez, porque, quando as dívidas foram federalizadas, elas vinham de situações de pouco rendimento, má administração e sei lá o que mais. Mas o fato é que, por uma decisão política, a União assimilou.

As distribuidoras serão vendidas a um preço simbólico, mas os novos concessionários terão de fazer investimentos de 2,4 bilhões de reais como contrapartida. Ora, ora, ora, se você recebe de graça e vai ter que fazer investimento de 2,4 bilhões, tem a ver ou não com a descotização? Tem a ver ou não com o lucro previsto? Tem a ver ou não com aumento da tarifa de energia? É óbvio que vai ter, mas aqui há apenas o aspecto das distribuidoras. A hora em que formos discutir e o Tribunal de Contas investigar as consequências da privatização do setor gerador, aí é que nós vamos ver esses números multiplicados.

Revitalização do São Francisco. Eu pouco teria a acrescentar ao que alguns da Mesa já trabalharam, mas eu quero, então, tentar de maneira, digamos, limitada, até porque não é um tema rasteiro, ao contrário, mas aqui foram elencados vários argumentos.

Antes que eu me esqueça, eu quero perguntar diretamente ao Presidente da ANA. Não está na hora, mas vou me antecipar. Todo debate é feito da seguinte maneira: o Sistema ELETROBRAS não tem dinheiro para investir, se ele não for mudado, ou seja, se não for privatizado, vai faltar energia, e a única maneira é trazer recurso privado e, mesmo assim, dizem que não vai haver aumento de energia, não vai haver conflito de uso múltiplo de águas, e está tudo resolvido com a privatização.

Duas perguntas: o senhor conhece algum modelo de privatização do setor elétrico, de onde o senhor vem, que resultou na manutenção do preço de energia, mesmo não tendo havido a cotização, como houve no caso do Sistema ELETROBRAS?

Segunda, qual seria a alternativa, na visão do senhor, para evitar a privatização do sistema? Na minha opinião, deveria haver algum tipo de solução, porque se não vai haver descotização ou, se vai haver, tem de ser negociada. Na minha opinião, o único árbitro, não de forma não vigiada, é o Estado brasileiro, com



todas as implicações, porque por pior que seja qualquer Governo, ele não vai jogar para as traças qualquer setor ribeirinho da produção agrícola, da navegação. Ele tem de mediar.

A minha pergunta objetiva — não quero incomodá-lo, se outros quiserem poderão opinar — é: qual a saída para não se privatizar o sistema? Eu faço a pergunta seguro do seu conhecimento e seriedade.

Mas quero continuar. Quando nós estamos falando do uso múltiplo de águas, aqui foi dito, não hoje, por alguns expositores favoráveis à privatização, que foi privatizada a CHESF, que foram privatizadas outras empresas. Inclusive, citaram o Projeto do Madeira, tanto Santo Antônio quanto Jirau. Ali, eles não ficaram donos do leite dos rios.

Pois bem, aqui o senhor disse que a coisa não é bem assim. Então, eu quero insistir e pedir para quem quiser se habilitar, na Mesa, que nos convença de que, primeiro, é tranquilo que o setor privado se apodere, com vistas ao lucro, do gerenciamento da vazão das águas. Para mim, como o senhor deixou claro, é impossível a iniciativa privada solucionar conflito de interesses, porque uma atividade econômica não vai ceder para outra atividade econômica. E quero lembrar suas palavras: *“Nós temos de dar atenção para soberania hídrica e não para a soberania elétrica”*. Na minha opinião, ambas são bem possíveis de serem resolvidas, desde que pelo Estado democrático.

Finalmente, eu quero fazer uma indagação. Sou contrário à proposta de criação de um fundo com dinheiro privado. A pergunta é mais ou menos óbvia: é preciso privatizar para recuperar a Bacia do São Francisco?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia.

Ouviremos agora o Deputado João Daniel, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, eu queria saudar toda a Mesa, composta para esta audiência pública, na pessoa do nosso querido amigo sergipano Ailton Francisco da Rocha, que é estudioso do Rio São Francisco e comprometido com o tema, todos os debatedores e convidados desta importante audiência pública, nesta tarde.



Nós temos uma visão de que esse tema que não deveria estar em pauta, mas, infelizmente, foi pautado por este Governo. Para nós é fundamental que, no mínimo, esse debate seja aberto para a sociedade brasileira. Quero saudar todos os movimentos aqui presentes, em especial os companheiros do MAB, que travam uma grande luta, e os companheiros trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico.

Nós estamos debatendo esse tema do Rio São Francisco há muito tempo e sabemos da sua importância e de toda essa questão.

Eu queria parabenizar o Prof. Ailton. Muitas vezes, fala-se da revitalização, que é preciso isso ou aquilo, mas o grande problema do Rio São Francisco, das águas, está na região da bacia da caixa d'água, em função de um grave problema: a utilização pelas grandes empresas, pelo grande agronegócio, de irrigação nas terras férteis, utilizando pivô central. Inclusive, vale a pena saber quantos projetos de irrigação nós temos na região que beneficiam apenas as grandes empresas, baseados num alto custo e gasto de água por grandes pivôs centrais, além de destruírem as matas e de o rio ter essa dificuldade de carregar.

Nós conhecemos muito projetos. Inclusive, nós herdamos um projeto desses do Governo, a exemplo do Platô de Neópolis, que serve para irrigar grandes plantações de cana em uma região praticamente litorânea, onde se produz cana sem irrigação. Mas são projetos empresariais que utilizam água do Rio São Francisco com pivô central.

Gostaríamos de perguntar ao ex-Presidente da ANA e ao Prof. Ailton, Diretor-Executivo da Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe, quais são os riscos, porque há risco real, no nosso entender, da privatização do setor elétrico sobre nossos rios, em especial, sobre o Rio São Francisco. Quem administrará e quem será o dono do Rio São Francisco? Nós ouvimos de Deputados da base do Governo, que votaram neste Governo, de Deputados do partido deste Governo, que lá em Furnas, nas barragens, já há chineses comendo traíra e dizendo que é melhor do que o panga e já prevendo que aquelas barragens e hidrelétricas serão deles, inclusive, em grande parte, empresas estatais.

Eu queria encerrar dizendo que, lamentavelmente, nós estamos debatendo isso aqui porque este Governo nasceu de um golpe, é um Governo entreguista, um Governo antinacional, um Governo antipovo, um Governo sem respaldo nenhum.



Tem 2% de popularidade e não mede nenhum esforço: vende a alma, vende a soberania, vende o povo, vende os rios, vende as hidrelétricas, entrega a PETROBRAS.

É lamentável termos chegado a uma situação como esta. Por isso, só há um caminho: fazer o debate, o enfrentamento, e eleição direta já para eleger, com o povo brasileiro, através da democracia, da volta da democracia, pois estamos vivendo um período antidemocrático, em que o maior líder popular, o Presidente Lula, está preso, é preso político perseguido. Este tema tem que estar dentro de todos os temas. Nós não estamos vivendo uma democracia, estamos vivendo um período ilegal, irregular, fora da normalidade.

Por isso, para encerrar, Sr. Presidente, nós queremos dizer que este tema da privatização, da desestatização das empresas estatais é parte de um plano entreguista antissoberania do Governo golpista de Michel Temer e sua tropa.
(Palmas na plateia)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Ouviremos agora o nosso Relator, Deputado José Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Primeiro, quero agradecer aos senhores representantes que aqui vieram, ao Sr. Ailton; ao Sr. Murilo, que veio da nossa CHESF; ao Dr. Wilson; ao Sr. Vicente. Agradeço a todos por estarem aqui prestando informações.

Eu vou fazer algumas perguntas aos expositores.

Dr. Murilo, eu estive, neste fim de semana, em Paulo Afonso, e fiquei impressionado com o grau de abandono do rio. O senhor, certamente, conhece bem Paulo Afonso. Estive no canal de PA IV, em cima da ponte e na margem do canal. O canal está inteiramente coberto de vegetação. Eu gostaria que o senhor me desse algumas informações sobre por que esse fenômeno está se manifestando. Todos os lagos das usinas de Paulo Afonso — eu não estive em Xingó — estão inteiramente dominados por vegetação, trazendo um transtorno muito grande para a cidade.

A cidade tem uma praia chamada Prainha, onde eu estive e filmei. A Prainha está interditada. Os donos de restaurantes e bares estão quebrados, porque não há praia, só vegetação que ocupou totalmente o lago. E a CHESF desconhece o assunto ou pelo menos parece desconhecer-lo.



A Prefeitura está sendo obrigada a gastar recursos do Orçamento para, num ato heroico, tentar retirar a vegetação de dentro do lago. Eu vi lá alguns caminhões com pá carregadeira, todo maquinário, realizando esse trabalho.

A CHESF tem, progressivamente, abandonado o rio — essa discussão aqui é sobre o rio, não é sobre a CHESF. A informação que eu tenho é a de que nos últimos 5 anos a empresa investiu apenas 100 milhões de reais no São Francisco. E o senhor me deu um dado alarmante. Disse que nós últimos 5 anos produziram 1 milhão de alevinos por ano. Isso é nada, absolutamente nada, é uma gota d'água no oceano. A CHESF não tem política de peixamento. Não tinha e hoje parece que está pior.

Portanto, falar em revitalização com o modelo atual é uma coisa que eu não consigo entender, porque o Governo Federal já falou várias vezes em revitalização, há até uma diretoria de revitalização no Ministério da Integração, mas sequer foram capazes de fazer algo realmente relevante na área de saneamento.

Quando fui Presidente da CHESF, recorro-me de que fizemos várias cidades — Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e o povoado de Barra do Tarrachil. Nós negociamos com a comunidade e construímos tratamento de esgoto. Em função disso, quase eu tive dificuldades em aprovar as contas, porque a visão do setor elétrico era a de que não se deveria tratar o esgoto das novas cidades.

O setor elétrico continua pensando assim? Essas são perguntas provocativas para quem monitora o rio.

Eu tenho um grande amigo chamado José Thomaz Nonô, ex-Deputado, amigo de todos nós, que é pescador da margem do São Francisco. Ele me disse que tem pescado peixe de água salgada a mais de 60 quilômetros da Foz do Rio São Francisco.

Eu tenho amigos que moram em cidades à margem da Foz do São Francisco e muito longe da Foz que estão começando a ver ostras nas suas embarcações, que nunca vão à Foz nem ao mar.

Essas são apenas provocações para a CHESF.

Quero saudar o Dr. Ailton pela visão macro que trouxe na sua apresentação. De fato, Sergipe é um Estado, digamos assim, Chico dependente, a dependência do Estado de Sergipe em relação ao São Francisco é muito grande. O senhor está



muito certo em se preocupar. E certamente está tendo problemas até para abastecer algumas cidades com água, porque a água que era doce ficou salgada.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso. Também queria que falasse sobre o Comitê de Bacias, um tema que me preocupa muito. Para mim ele não existe, eu não consigo enxergá-lo. Como o senhor falou do Comitê de Bacias, eu gostaria de ouvir um pouco mais sobre isso.

Quanto à ANA, eu também vou provocá-la. Todos os estudos que eu conheço do rio indicavam que a vazão sanitária deveria ser no mínimo de 800 metros cúbicos por segundos. A ANA tem concordado com vazões inferiores a 450 metros cúbicos por segundo. Isso é crime.

Quando chega a 400, 450 metros cúbicos por segundo não dá nem para captar água nos reassentamentos. Os reassentamentos que foram deslocados com o enchimento da barragem ficam sem poder irrigar, porque não conseguem captar água.

Que tipo de posição tem tido a ANA em relação a isso? E qual será a função da ANA daqui para frente no que se refere à gestão do rio?

Todo mundo diz que o rio vai ser privatizado. O rio hoje está mais do que privatizado, está abandonado.

Quanto ao Dr. Brumer, quero agradecer-lhe muito e dizer que eu tenho estudado muito a fundação cujo Conselho o senhor é Presidente.

Qual é a minha grande preocupação? É claro que existem companheiros aqui valorosos, a maioria dos que se manifesta, que são contra qualquer processo de reestruturação. Eu não sou contra processo de reestruturação. Hoje não é o dia de falar sobre isso, porque eu sou a favor. Mas como eu sou a favor, eu quero discutir como que seria num processo de reestruturação. Uns chamam privatização, eu chamo reestruturação, outros de desestatização, outros de capitalização, mas, enfim, é uma grande mudança que vai haver na ELETROBRAS.

Eu queria que o senhor falasse um pouco mais sobre a governança, porque a grande dificuldade é a governança, como se vai governar.

Eu já falei aqui algumas vezes da experiência bem-sucedida dos americanos com a Tennessee Valley Authority. A Tennessee Valley Authority nunca foi objeto de



joguete político, pelo menos eu nunca vi em jornal americano, nunca vi ninguém discutir sobre isso.

Como o senhor recomendaria que a gente se prevenisse para não ser engessado pelo Ministério Público, que vai ter, naturalmente, o direito e o dever de fiscalizar. Mas uma coisa é fiscalizar, outra coisa é gerenciar.

O senhor tem uma presença na gestão no Ministério Público, o que me parece inadequado, porque quem vai gerir não pode fiscalizar. E eu prefiro que o Ministério Público fiscalize em vez de gerir. Não dá para ser auditor e tesoureiro ao mesmo tempo, tem que ser uma coisa ou outra. Vocês serão fruto de um TAC e nós seremos fruto de um TAC com a sociedade, mas sem a intervenção do Ministério Público.

Queria que o senhor falasse um pouco mais sobre governança e sobre como está sendo a relação... O senhor falou uma coisa que me preocupa muito também: a questão da complexidade da gestão. Eu vou dizer uma coisa que ainda não disse aqui: muitos dos companheiros da oposição disseram que nos Estados Unidos, em alguns países, o Exército, as Forças Armadas.... Eu preferiria ter a presença das Forças Armadas nesses conselhos em vez de tanta gente por aí.

Nesse contexto, eu gostaria de ouvir a sua opinião.

Não estou dizendo para ser uma pessoa da reserva ou coisa e tal, mas, sim, um oficial-general da ativa no conselho de gestor. Eu vejo assim, porque realmente os políticos não são bons nisso, nem os do PT, nem os do Democratas, nem de partido nenhum, porque quando começam a gerenciar empresas é um desastre.

De modo que, se vai haver um fundo, se vai progredir, gostaria de saber o que o senhor sugere em relação à gestão.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ouvi com atenção as palestras e posso, na mesma direção do Deputado João Daniel, parabenizar os palestrantes pela forma didática com que apresentaram suas exposições inteligentes, algumas colocadas até para discutir para valer, para polemizar, como foi a do Dr. Vicente,



que nos deixou preocupados, mas com algumas indagações que nos chamam muita atenção.

Eu ouvi o Dr. Murilo muito pouco, mas ele deixou no ar quealaria — ou deixaria para depois, nas perguntas — sobre os empreendimentos da CHESF no Rio São Francisco, que são vultosos, que são e foram importantes, mas deixaram de existir naquilo que se almejava. O que aconteceu entre a CHESF e o São Francisco no que diz respeito aos investimentos, aos empreendimentos?

Ao Dr. Wilson eu diria que, realmente, a esperança da criação da Renova começa a ter momentos de preocupação no que diz respeito ao tempo em que houve a barragem, houve a situação ambiental. As consequências do rompimento dessa barragem deixam aquelas populações preocupadas. A Renova tem condições de um tempo ou mais rápido...

O Termo de Ajustamento de Conduta tem prazo? Qual foi? Quais são as pendências passadas, as exigências do TAC que não foram cumpridas ou que não podem ser cumpridas ou que terão de ser reformuladas no Ministério Público?

Dr. Ailton, parabéns pela forma como nos apresentou o cenário do que é a revitalização do Rio São Francisco. Mas, pergunto: há avanço substancial nesses últimos anos que possamos considerar que o São Francisco vai entrar como fator principal na recuperação daquela região no que diz respeito a aproveitamento, ao multiuso da água?

Dr. Vicente Guillo, V.Sa. deixou no ar que mudar o sistema seria, talvez, uma dificuldade, principalmente no que diz respeito aos conflitos que o Deputado Arlindo Chinaglia já colocou muito bem, que não seriam resolvidos com a privatização.

Eu deixo uma pergunta, Presidente: na análise dos senhores, que conhecem bem o assunto, o que aconteceu com o setor elétrico, de modo especial com o Sistema ELETROBRAS, nesses últimos 10, 13, 15 anos? A situação deficitária é fruto de quê? Da falta de investimentos públicos? O Governo Federal não colocou recurso suficiente? Da falta de gestão, da escolha de presidente, de diretores que não souberam conduzir o Sistema ELETROBRAS? O modelo esgotou? Precisa ser modificada a gestão, o investimento? A privatização vem na hora certa?

As tarifas de energia elétrica vêm aumentando muito, principalmente nos últimos 3 anos. A ANEEL nem explica mais. É todo mês praticamente. Isso há 3, 4



anos, desde aquela famigerada medida provisória. Pergunto ainda aos senhores: quais as sugestões que teriam para mudar este cenário?

São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Simão Sessim.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente, Relator, colegas Parlamentares, convidados que acompanham esta audiência pública, nesse último fim de semana, Deputados José Carlos Aleluia e Arlindo Chinaglia, estive em São Borja e mais uma vez visitei o Mausoléu de Getúlio Vargas e reli sua Carta Testamento. Nela está escrito que um dos motivos que o levou ao suicídio foi a reação das forças políticas conservadoras no País, à época, que, dentre outras coisas, criticavam duramente Getúlio Vargas por querer instituir a ELETROBRAS, uma empresa pública, para cuidar do setor energético brasileiro.

Em 1961, muitos anos depois, a lei que instituiu a ELETROBRAS foi aprovada. Existem dois artigos de duas leis, uma delas é essa de 1961, que impedem os privatistas de garantir a venda de mais uma joia da coroa do povo brasileiro. Eu não vou ler, pela carência de tempo, mas um dos artigos obriga a União a garantir sempre 51% de ações, em caso de subscrições novas, para que ela mantenha o controle da empresa.

Anos depois, um Governo de caráter privatista colocou a ELETROBRAS no Programa Nacional de Desestatização — PND. Em seguida veio o Governo Lula. Como disse meu colega João Daniel, ficam cada vez mais claros os motivos do golpe parlamentar e da prisão política de Lula, porque ele, como Presidente, consegue encaminhar a outra lei que está impedindo a privatização da ELETROBRAS. Ou seja, retira a empresa, mais uma vez, do PND, e, com isso, garante a segurança de terj9s uma empresa pública de qualidade que tenha o controle estratégico da vazão dos rios e de quase da metade do parque gerador energético brasileiro.

Agora temos um Presidente que, além de ilegítimo, chegou ao poder através de um golpe parlamentar, para, entre outras coisas, vender a preço vil o patrimônio



público, e está acostumado a desrespeitar a Constituição e inclusive o Parlamento ao assinar, de forma açodada, um decreto no dia 19 de abril.

Eu gostaria que os Líderes do Governo e o Relator desta Comissão, que é da base de apoio do Presidente Temer, solicitassem a ele a revogação desse decreto, que é uma vergonha. Ele propõe a tramitação do projeto de lei que cuida da privatização da ELETROBRAS antes do posicionamento deste Parlamento, Deputado Arlindo Chinaglia, que já presidiu esta Casa. Eles dizem aqui: *“Não, vão tocando o serviço aí. Contratem o BNDES e vão vendo como é a formatação da privatização”*. Como assim? Existem duas leis que tornam esse decreto ilegal e autoritário, que, além de ser absolutamente inaceitável, desrespeita o Parlamento.

Para ajudar a base do Governo, vamos apresentar um projeto de decreto legislativo para sustar esse decreto ilegal assinado pelo Presidente Temer. E vamos lutar muito para que ele não prospere, porque o mínimo que a democracia exige, mesmo dentro de um estado de exceção como o que estamos vivendo, mesmo com um Presidente da República que desrespeita a Constituição de diversas formas, é que o Parlamento vote se quer ou não privatizar o sistema ELETROBRAS. É o mínimo dos mínimos.

O Governo tem que vir aqui e conseguir votos, como fez para salvar Temer, por exemplo. Foi uma vergonha aquela maioria de votos para salvar Temer na Presidência da República, a despeito das fartas provas. Pelo menos houve votação. Dizem que houve compra de votos, uma série de coisas, mas houve votação.

Eu espero que, para privatizar o sistema ELETROBRAS, e a nossa avaliação é que esse Governo não vai conseguir — fora todos os prejuízos que foram abordados aqui, especialmente na questão do controle estratégico do uso da água, de fato o grande conflito das próximas décadas —, a lei seja, no mínimo, respeitada e que haja maioria de votos aqui.

Nós vamos trabalhar intensamente para evitar mais esse crime contra o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente, pela ordem.

V.Exa. vai chamar todos para responder ou blocos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Blocos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - De quantos?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - De cinco.

Eu posso usar meus 3 minutos? Eu sou o quinto inscrito? *(Pausa.)*

Então vou usar meu tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, antes disso, leia a lista dos inscritos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim.

Agora seria eu. Segundo bloco: Deputados Pompeo de Mattos, Erika Kokay, Paes Landim, José Carlos Aleluia e Alceu Moreira.

Algum Deputado quer se inscrever? Eu vou encerrar as inscrições. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Eu me inscrevi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O Deputado Patrus Ananias está inscrito. Os Deputados Fabio Garcia, Rodrigo de Castro e Celso Pansera também.

Estão encerradas as inscrições, senão vamos ficar aqui até as 20 horas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, perdão, V.Exa. disse o meu nome?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Coloquei. V.Exa. não havia pedido, mas coloquei.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Eu lhe disse que gentileza gera gentileza. V.Exa. se lembra? Foi na semana passada.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Eu vou fazer duas ou três observações de ordem política.

O decreto é absolutamente respeitoso e regular. Ele não atropela...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Desculpe-me, mas V.Exa. está falando como Presidente da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não, eu pedi licença, e ninguém objetou. Estou falando como Parlamentar. Eu posso falar daqui.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Serei bem breve.



O decreto é absolutamente respeitoso e regular. Ele estabelece que só vai estruturar o sistema depois de aprovado pelo Parlamento.

Segundo, li muito sobre Getúlio Vargas e acho que ele tinha qualidades enormes, indiscutíveis, mas foi um ditador. Eu sinto ao ver um Deputado que defende a democracia, o Estado Democrático de Direito, chamá-lo para discutir a questão da ELETROBRAS, porque Getúlio Vargas tinha um comportamento depressivo — tudo indicava. E não foi essa situação que o levou ao suicídio. Os psicanalistas estudaram seu perfil. A família se envolveu muito com roubos.

Se nós olharmos a PETROBRAS, que foi assaltada e mal administrada na gestão anterior por um partido forte e, depois, por mais dois partidos, inclusive o meu, foi um horror do ponto de vista de corrupção. Então, empresa pública desse porte não assegura sucesso nenhum.

A ELETROBRAS teve um absoluto desastre de gestão nos últimos 10 anos que se agravou com a desastrada, famigerada, politiqueira Medida Provisória nº 579, de 2012, que atropelou ANEEL, ANA. Uma e outra escaparam. Essa é uma das razões do aumento da energia elétrica — uma das razões!

Vejo aqui a apologia do brilho, do sucesso histórico e definitivo passado, presente e futuro do modelo de gestão pública nas grandes empresas públicas. Eis o grande debate aqui. Por isso, as reuniões, desde a semana passada, estão cada vez mais acaloradas. Qual é o modelo que vamos querer para o sistema elétrico?

Passo a palavra ao Sr. Murilo Sérgio por 3 minutos.

O SR. MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Em relação ao comentário do Deputado José Carlos Aleluia, eu gostaria de tecer algumas considerações.

Está havendo uma grande proliferação de baronesas — macrófitas aquáticas — na região de Paulo Afonso. A CHESF tem acompanhado esse assunto de perto. A principal causa da proliferação das macrófitas, ou baronesas, é a poluição, os nutrientes que são jogados no rio. Os nutrientes, o aumento de temperatura e, no caso, a redução da vazão, que não é uma decisão da CHESF, é da ANA, do ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico e do IBAMA, levam a uma menor movimentação da água.

Nós enviamos alguns documentos para o Ministério Público Federal, que questionou a CHESF quanto a retirar todas as baronesas da região, perguntando



exatamente isto: quem deu causa? É um problema que está ocorrendo. A CHESF não deu causa a essa questão. Nós informamos ao Ministério Público que, juntamente com as Prefeituras e outras entidades envolvidas, iríamos discutir como tratar o assunto, porque, na realidade, o que houve foi um desequilíbrio. Então, a retirada das macrófitas tem que ser bem avaliada pelo IBAMA e por órgãos ambientais, porque elas podem gerar outros problemas.

Também foi falado da entrada de espécies exóticas. Por exemplo, a Bacia do São Francisco tem agora o mexilhão dourado, uma espécie exótica da China. Mas isso não aconteceu por conta das ações da CHESF. Ela está sofrendo também com a existência dessas espécies exóticas. De certa forma — e isso pouco foi colocado aqui —, precisa haver um trabalho intenso e permanente de revitalização do Rio São Francisco. A CHESF tem as exigências colocadas pelos órgãos licenciadores, no caso, particularmente o IBAMA, e qualquer gasto que faça tem que ser associado à tarifa que ela recebe, porque é o modelo do setor elétrico. Ou seja, os gastos têm que ser controlados, e isso reflete na tarifa.

Outra questão que o Deputado Simão Sessim levantou se refere aos investimentos da CHESF no Rio São Francisco. A CHESF desenvolveu dois projetos: um em Santa Maria da Boa Vista, a Usina Riacho Seco, e a Usina de Pedra Branca, que não foram para frente porque, em função das exigências ambientais, o projeto ficou economicamente inviável. Na realidade, a CHESF fez os estudos para participar do leilão, mas, por conta dos custos ambientais, ficou inviável. No caso de Pedra Branca, houve uma demarcação de terra indígena, o que também inviabilizou os estudos do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu fiz esta pergunta a todos: o que aconteceu com o setor elétrico, principalmente com o Sistema ELETROBRAS, nos últimos 10 anos? Qualquer resposta de cada um sobre outros assuntos finalizaria com essa pergunta. Além disso, quais são as sugestões para melhorar o nosso atual cenário, com aumento de tarifa todo mês?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O senhor quer responder, Dr. Murilo? Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Se puder responder. Se não puder...



O SR. MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Pessoalmente, eu acho que há a necessidade de uma reforma estrutural no setor elétrico. É uma opinião pessoal minha. Conforme foi colocado, pela forma de operação do sistema e por outras questões, o modelo do setor elétrico foi implantado, mas acho que precisa de reformas. É um assunto extremamente complexo e precisa ser bem aprofundado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Faltou recurso? Faltou gestão? O que o senhor acha que faltou nos últimos 10 anos? Esgotou o modelo?

O SR. MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Eu acho que é isto que estou dizendo: é preciso fazer uma grande discussão sobre qual modelo o setor elétrico precisa no País. Conforme foi colocado, a gestão dos recursos hídricos é um ponto crítico, principalmente na Região Nordeste, onde a água é um bem escasso. Eu acho que deveria ser dado um tratamento diferenciado à Bacia do São Francisco em relação às outras.

Isso tudo precisa ser aprofundado. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Com a palavra o Dr. Wilson Nélio Brumer, da Renova.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Eu gostaria de responder, se essa for a lógica, a cada Deputado que fez alguma questão, começando pelo Deputado Arlindo Chinaglia, aproveitando para agradecer a exposição ao ex-Presidente da ANA, Vicente Guillo, ao dizer que era fã do projeto Renova. Como cidadão, também sou.

Deputado, se V.Exa. me permite — e vou deixar aqui cópia de todo o trabalho que está sendo feito na Renova —, comecei minha apresentação dizendo que temos a humildade de reconhecer que há muita coisa ainda a ser feita e a avançar. Mas, talvez, uma das coisas que não seja do seu conhecimento é o montante de investimento que vem sendo feito na Renova...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Como eu disse, a Renova começou a operar no final de 2016. No ano passado foram investidos aproximadamente 1,8 bilhão de reais e neste ano estão sendo investidos mais ou menos 2 bilhões de reais.

Então, com relação à afirmação de que não está sendo cumprido aquilo que foi acordado, desculpe-me a ênfase, mas, talvez, por falta de informação da nossa



parte — não estou culpando aqui ninguém —, não esteja havendo uma leitura adequada.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu disse que ia afirmar e perguntar para o senhor confirmar ou não. O senhor está esquecendo essa parte.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - O.k. Tudo bem. Desculpe-me se as palavras não estão...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É preciso que fique tudo claro.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - No ano passado, investiram 1,8 bilhão de reais e, este ano, mais ou menos 2,2 bilhões de reais — só essa informação para o senhor.

Eu queria aproveitar para dizer aos senhores o seguinte: ajudem-nos também. Por exemplo, o reassentamento é um dos grandes problemas que nós temos hoje. Eu acho que aquela parte mais emocional, de comoção, que é natural num desastre como esse que aconteceu, aos poucos nós estamos conseguindo superar — não estou dizendo que está superada; aos poucos temos conseguido superar. Agora, precisamos muito de ajuda, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O TAC deu esse prazo?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Deu, deu, deu.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - De quanto tempo?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Estamos atrasados no reassentamento por uma razão, que a sociedade certamente não vai entender: problemas de licenciamento ambiental, Ministério Público se envolvendo nas discussões da forma de gestão de reassentamento, etc. É importante que essas coisas todas que fazem parte da governança sejam esclarecidas. Os senhores têm de convir que construir duzentas e poucas moradias não é um grande desafio. Mas existe uma pendência que vem sendo discutida entre as mantenedoras e o Ministério Público, e não me cabe aqui entrar nessa discussão.

Como cidadão, eu tenho uma preocupação: em função dessa negociação, amarram-se outras coisas. Isso, na minha avaliação, não é adequado. Se há uma negociação com os mantenedores, que usem o poder da negociação, que façam o que tem que ser feito, mas não prejudiquem aquilo que tem que andar, porque, no fundo, estão prejudicando quem foi prejudicado.



As pessoas que saíram de Bento, a área afetada, estão vivendo razoavelmente bem em Mariana? Possivelmente estão vivendo até em condições melhores, mas aquela não é a casa deles. E já se passaram 2 anos. Até reconstruírem essas casas, possivelmente vão se gastar mais 2 anos. Será que essas pessoas vão voltar? Será que nessa altura o filho já não teve uma amizade nova ou arrumou outra forma de convivência? De repente, estamos aqui batalhando para fazer um processo de reassentamento, e no final do dia não vai haver aquele objetivo que era inicialmente previsto e necessário.

Então eu acho que nós temos que separar muito bem o que é a fiscalização do Ministério Público, o que é o papel do Ministério Público. E isso não é crítica. Eu acho que nós temos que ser fiscalizados, sim, nós temos que aprimorar aquilo que precisa ser aprimorado. É a interferência na gestão que eu não acho que é adequada. Eu acho que aí os papéis se invertem, porque passa a haver uma discussão ou ideológica ou às vezes sem controle.

Muitos desses movimentos que os senhores estão enfrentando poderiam ser evitados. O que já foi feito de recuperação, de investimentos! Não foram investidos ou estão sendo investidos 4 bilhões de reais por nada! Eu expliquei, durante a apresentação, muito rápida, que estão sendo investidos 500 milhões de reais no saneamento das prefeituras. Apenas uma das cidades afetadas, que é Ipatinga, Srs. Deputados, tem esgoto tratado; o resto não tem. Como nós vamos recuperar o Rio Doce se os Municípios não têm condições de tratar o esgoto? Mas, se ficarmos no modelo convencional, será que os prefeitos terão condições de fazer isso?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A minha preocupação é se vocês estão engessados com o termo de ajustamento de conduta.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Não. Ao contrário. Se nós tivéssemos liberdade para implantar o que está no termo de ajustamento de conduta, talvez estivéssemos mais à frente. Eu acho que a postura dos integrantes do Ministério Público não é adequada — desculpe-me dizer isso quando não estão eles aqui presentes. Acho que está havendo uma inversão de papéis. Nós precisamos muito da ajuda dos senhores para tentar fazer com que o TAC seja cumprido, em termos de tempo, em termos de recursos a serem investidos. O objetivo está muito claro,



Deputado: se nós conseguirmos implantar o que está planejado para a Fundação Renova, a região vai ficar muito melhor do que era.

Não estamos aqui falando do acidente, ou do desastre — adotemos o termo que quisermos —, mas ele aconteceu. E eu, como cidadão, gostaria de olhar para frente, olhar para o futuro. Eu gostaria que as coisas pudessem ser aprimoradas e melhoradas. Aquela é uma região, como eu tentei colocar, de Índices de Desenvolvimento Humano muito baixos. Nós temos que trabalhar de novo uma revitalização da região, criar competitividade na região.

Existem ali 2.500 pequenos produtores rurais, que também criam problemas no Rio Doce. Nós estamos com um programa de reflorestamento e, ao mesmo tempo, com serviços ambientais para que esses pequenos agricultores possam ser mais competitivos, possam produzir com novas tecnologias, etc.

Existem vários programas. O tempo não vai me permitir falar sobre este material, Deputado, mas peço ao Presidente que me permita deixá-lo como demonstração. E me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, a Mesa já terminou de falar? Eu queria fazer um breve contraponto. Eu quero dar a fonte e fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não. Ainda há dois membros da Mesa a falar.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Eu vou responder primeiro ao Deputado Aleluia, seguindo a ordem que eu tentei anotar aqui.

Deputado, eu não quero aqui entrar no mérito se o modelo da Fundação é o mesmo modelo que vai ser aplicado no caso da ELETROBRAS. Certamente essa é uma discussão que passa por muitas discussões, muitas análises, etc. Mas uma coisa é certa: se a revitalização da Bacia do Rio São Francisco não tiver recursos definidos — e não são só recursos financeiros, mas também recursos dentro de uma estratégia —, eu acho que dificilmente nós vamos alcançar o objetivo. Eu, como cidadão, já ouço há anos promessas sobre a revitalização da Bacia do São Francisco.



Eu posso afirmar aos senhores que hoje a Bacia do Rio Doce talvez seja a bacia mais bem monitorada do Brasil, até em função do que temos que fazer lá. Nós não podíamos começar esse trabalho sem monitorar de onde vinham os problemas da Bacia do Rio Doce.

Deputado, a minha sugestão é: eu acho que, se no final do dia forem criar algo, um modelo parecido, tem que haver uma governança livre e com recursos definidos. Se não houver um planejamento de longo prazo — todos havemos de convir —, vamos começar uma coisa e não vamos conseguir terminá-la. A mesma coisa aqui: os recursos estão garantidos, porque as empresas são obrigadas a colocar recursos. Então o problema não é recurso. Vocês hão de convir que não existem muitas empresas no Brasil investindo 2 bilhões de reais em 2018. O problema não é recurso. O problema são as amarras. Eu não quero entrar em discussões políticas aqui, mas todos nós sabemos que infelizmente as amarras do Brasil inibem muitos investimentos e a velocidade das decisões.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Dr. Wilson, a minha pergunta sobre o que aconteceu...

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Deputado, eu vou lhe dar a minha visão como cidadão. Eu conheço um pouco o setor elétrico, até em função das minhas atividades anteriores.

Eu entendo que houve um acúmulo de coisas. Não sei se sabem: eu trabalhei na antiga Vale do Rio Doce, durante 17 anos. Eu tenho muita honra de ter sido várias coisas lá, inclusive um dia fui Presidente da companhia. Eu ouço problemas da ELETROBRAS desde aquela época. Esse não é um problema de 10 anos, mas um problema de décadas. Eu não quero apontar uma pessoa ou uma gestão. Não quero aqui entrar na discussão de privatização ou não privatização. Eu vou dizer o que eu dizia, na minha época, como Presidente da Vale: cabe ao Estado brasileiro, naquilo que ele decidir que é necessário que ele seja, acionista ou controlador, cobrar da gestão resultados da empresa. Eu acho que as empresas não podem ser utilizadas sob o ponto de vista político. Não estou falando do ponto de vista político-partidário, não, mas político no sentido do controle da inflação, do controle de preços. A partir do momento em que decide participar de uma empresa, o Estado



tem que cobrar de seus gestores resultados, com o objetivo que foi direcionado para aquela empresa.

Eu acho que falta isso ao Estado brasileiro. Naquilo que o Estado é sócio, não podemos gerir as empresas como se elas fossem uma repartição. Eu acho que as temos que gerir como empresas, cobrando resultados dos gestores e demitindo-os se não derem o resultado necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Vou passar a palavra ao Ailton e, depois, ao Vicente.

Concedo a palavra ao Ailton Francisco da Rocha.

O SR. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Eu vou começar pela pergunta do Deputado João Daniel, que muito nos honra lá no Estado de Sergipe com seu mandato.

Com relação à proposta de privatização da PETROBRAS, eu a vejo com muita temeridade, com muito receio, por tudo o que já foi mostrado aqui, principalmente no tocante à segurança hídrica, em detrimento da segurança energética.

Essa apresentação que eu fiz do uso múltiplo dos recursos hídricos, tendo o Rio São Francisco como um estudo de caso, na verdade, estende-se às demais bacias hidrográficas do Brasil.

Observem que, apesar da Lei nº 9.433, de 1997, e da criação da Agência Nacional de Águas, esse modelo interligado do sistema fez com que, em 2008 e em 2012, o estoque de água reservada do São Francisco fosse utilizado para interligar o sistema. O ano de 2012 foi muito crítico, porque, depois disso, veio a grande estiagem, o que inclusive fez com que, para tentar equacionar o problema, se entrasse no processo de redução de vazão. Então, isso é questão de soberania nacional.

Temos que atentar para o fato de que o Sistema ELETROBRAS hoje é responsável por 52% das águas reservadas do Brasil, acumuladas em 233 barragens. Privatizar esse setor em detrimento do uso múltiplo dos recursos hídricos de fato é muito temerário.

Com relação ao questionamento do Deputado Aleluia, eu diria que a importância do São Francisco para Sergipe realmente é muito grande. Eu tenho dito



que o Rio São Francisco está para Sergipe como o Mar da Galileia está para Israel. Aliás, até há uma semelhança nas suas dimensões territoriais. Por que isso? Porque o Rio São Francisco é responsável por 99% do potencial hídrico de Sergipe. Mas, graças a um bom planejamento, Sergipe distribuiu essas águas em 4 mil quilômetros de adutoras, muito delas por meio de sistemas integrados, e instalou 18 reservatórios de múltiplo uso da água, que garante acesso de água potável a 92% da nossa população, o que, aliás, é um orgulho sergipano.

Agora percebemos, com grande receio — e aí vem a nossa grande preocupação, porque, aliás, Aracaju recebe água transposta do Rio São Francisco, que é responsável por 65% do seu abastecimento —, tudo o que vem acontecendo no Rio São Francisco. Como eu já mostrei, há ameaças de montante e ameaças de jusante. Na ameaça de montante, está a operação dos reservatórios, a poluição e o desmatamento, que está cada vez mais sendo agravado pelo mau negócio, o que inclusive compromete as nossas áreas de recarga, principalmente na caixa d'água do São Francisco, situada nos Estados de Minas Gerais e da Bahia. Nós temos ameaça de jusante de difícil solução, que é a intrusão da cunha salina, o assoreamento e também a contribuição dos nossos afluentes, pois, além de eles serem pequenos, quando chove, há uma grande contribuição de sal.

Então, a qualidade da água hoje com relação ao Baixo São Francisco é muito preocupante, não só quanto a problema de saúde pública, mas também em decorrência da biota do Rio São Francisco.

Não se pode transformar o Baixo São Francisco... Temos que lutar contra isso, e esta Casa precisa levantar essa bandeira. É preciso compreender que não podemos transformar o São Francisco em um canal de drenagem. É necessário voltar a praticar aquelas cheias cíclicas, quando possível, para recuperarmos a biodiversidade do Rio São Francisco. Como eu falei, o Rio São Francisco está agonizando.

Com relação ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Deputado Aleluia, eu diria que fazem ali um trabalho hercúleo. É um colegiado formado por usuários, representantes da sociedade civil e do poder público. É o parlamento das águas. Eles têm se mobilizado. Só recentemente passaram a usar o recurso da cobrança. Deu uma contribuição muito valiosa ao processo com a



elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esses números que apresentei são oriundos do plano da bacia hidrográfica elaborado pelo comitê. Tem contribuído com alguns Municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento. Eu digo isso porque recentemente fui eleito Coordenador da Câmara Técnica de Articulação Institucional do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Aliás, eu aproveito o espaço para dizer que, se acharem pertinente, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco poderia fazer aqui uma explanação sobre o seu papel, diante de toda essa crise, e o que está sendo feito na Bacia do Rio São Francisco.

Com relação ao questionamento do Deputado Simão Sessim sobre os avanços na revitalização, percebemos que existem alguns ensaios. Essa resolução da ANA com relação à gestão de risco tem dado uma contribuição sob essa ótica da multiplicidade do uso da água do São Francisco. Agora, com essa nova resolução, para uma gestão de risco, numa visão mais proativa, também há uma grande contribuição.

Mas eu posso lhe assegurar que as ações ainda são muito tímidas. Há um passivo ambiental muito grande. Mesmo com todas essas iniciativas, percebe-se que a degradação ambiental do São Francisco vem acontecendo numa velocidade enorme. Eu participei da elaboração do Plano da Bacia do São Francisco de 2004 e acompanhei a de 2015. A degradação ambiental do São Francisco é assustadora.

Eu falei para vocês e mostrei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Dr. Ailton, peço que conclua, porque já se passaram 5 minutos.

O SR. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Pode concluir seu pensamento com calma.

O SR. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Vou concluir.

Hoje, o São Francisco está com 48% de sua área desmatada. Em um país tropical como o nosso, mesmo o caudaloso São Francisco — que tem grande parte de sua bacia em região semiárida — está agonizando com o desmatamento. Não pode existir um rio em uma região tropical como a nossa sem cobertura vegetal.



Eu mostrei para vocês que a vazão média natural do São Francisco em 2004 era de 2.850 metros cúbicos por segundo. Um estudo feito mais recentemente revelou que essa vazão diminuiu para pouco mais de 2.500 metros cúbicos por segundo. As águas do São Francisco, superficiais e subterrâneas, estão se esgotando em decorrência do seu mau uso. E isso se agrava com o desmatamento.

O Deputado Simão perguntou o que aconteceu com o setor elétrico. Eu não sou especialista na área, mas, notadamente, a escassez hídrica agravou a situação. As termelétricas tiveram que ser acionadas, e isso onerou bastante a geração de energia.

Diante desse quadro, é necessário que o Brasil comece a investir também em outras fontes de energia, como a eólica — aliás, no Nordeste, há um avanço significativo nisso — e a solar. É preciso observar a matriz energética brasileira, para que não fiquemos reféns da hidroeletricidade. Nós precisamos evoluir também no investimento da energia eólica e da energia solar, entre outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Dr. Ailton.

Passo agora ao Dr. Vicente Andreu Guillo a palavra, que depois voltará aos Parlamentares.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - O Deputado Arlindo Chinaglia pergunta o seguinte: é preciso privatizar a ELETROBRAS para fazer o projeto de revitalização do São Francisco? É evidente que não. Também pergunta: quais são as possíveis soluções? Eu vou dar as minhas sugestões, como alguém que está no sistema elétrico desde 1982 e no saneamento desde 2000.

Muito se vende aqui a ideia de que a privatização da ELETROBRAS significará aumento de capital. Aumento de capital gera aumento de tarifa? Não. Quem olha para o projeto vê que está embutido ali o aumento — vou até ler aqui —, a chamada bonificação pelo valor da outorga. Ela significa aumento de tarifa, só que ninguém está vendo isso. Não é a capitalização da ELETROBRAS, os 12 bilhões de reais, que aumenta a tarifa. Nisso entra quem quiser. Está embutido no projeto um aumento de tarifa, que é a bonificação do valor da outorga. Quem define a bonificação do valor da outorga? Sempre foi o valor patrimonial da empresa. Vai ser definido pelo CNPE. Isso nunca aconteceu no Brasil, Deputado. Então, esse projeto aumenta a tarifa.



Eu vou dar alternativas em relação às duas questões. Para gerar recursos inclusive para a revitalização do Rio São Francisco sem aumentar a tarifa, é preciso revisitar a Medida Provisória nº 579, de 2012. Quando houve o rebaixamento geral da tarifa, a MP 579 foi criticada pela sua qualidade de trazer a renda hidráulica, isto é, o valor da água para a população que já pagou as usinas. Eu sou um crítico da maneira como isso foi feito, mas não do conceito. Essa medida provisória vem sendo criticada pelas suas vantagens. Então, é preciso revisitar a MP 579 e permitir que as empresas façam um rearranjo na tarifa. Essa é uma medida apropriada para manter as empresas públicas, em vez de produzir lucro acionário às empresas privadas. Se a MP 579 for revisitada, não é preciso privatizar a ELETROBRAS.

A segunda proposta seria para o aumento do capital da ELETROBRAS. Há 500 mil alternativas. Eu vou dar uma, que é polêmica. Proponho transferir o valor pelo qual a transmissão foi vendida no Brasil no leilão de dezembro de 2017 — não vou cansá-los com contas — para os 72 mil quilômetros de linha de transmissão da ELETROBRAS. Se isso fosse feito, sabem quanto valeria o patrimônio da ELETROBRAS? Valeria 130 bilhões de reais. Se o valor de venda dos 3 mil megawatts da CEMIG — 12 bilhões de reais — for trazido para os 45 mil megawatts da ELETROBRAS, descontado o preço de Itaipu e o gasto com a ELETRONUCLEAR, o valor da ELETROBRAS vai para 120 bilhões.

Então, trazendo essa renda para dentro da ELETROBRAS, existe margem para conseguir resolver esse problema. Vou dar uma resposta simples: se forem vender os 8 mil megawatts de Tucuruí, que estão na ponta da linha do Rio Tocantins — estou falando como gestor de recursos hídricos —, o valor deve ser de 32 bilhões de reais. Vende-se uma usina com 30 anos de concessão, ela retorna para o setor público, e não é preciso privatizar o setor elétrico brasileiro. Então, há muitas alternativas.

Obviamente, estão vendendo a ideia de que a capitalização da ELETROBRAS é a solução para a sociedade brasileira. Mas essa capitalização vem junto do aumento de tarifa, por meio da bonificação. As pessoas não podem se iludir com isso. As coisas têm que ser mostradas como elas são.

Deputado Aleluia, em primeiro lugar, os dados que o senhor mencionou não estão corretos. Tivemos que rebaixar a vazão — não foi menor do que 550 metros



cúbicos por segundo e nem 450 — para prolongar a vida útil dos reservatórios. Isso tudo foi feito após audiências, das quais participaram desde o Ministério Público até os irrigantes da bacia. Se não tivéssemos feito isso, nós teríamos secado a bacia. Rebaixar não foi crime. O crime teria sido não rebaixar a vazão do Rio São Francisco, porque nós o teríamos secado.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que tenho um profundo respeito por V.Exa., que é conhecedor do sistema, embora seja polêmico e franco. Eu quero também trazer essa franqueza ao lhe dizer que uma agência brasileira como a Tennessee Valley Authority — TVA seria impossível. Então, não adianta falar nesse modelo de TVA, de autoridade de água no Brasil, porque isso não vai ser feito. Por quê? Porque aquela autoridade de água cuida de tudo na bacia: energia, saneamento, navegação, meio ambiente e tudo mais. No Brasil não dá para fazer isso, porque o saneamento é municipal, o setor elétrico é federal e as questões ambientais são estaduais, municipais e federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Dr. Vicente, peço que conclua seu pensamento, com calma.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Não estou cortando a sua palavra, mas já se passaram seus 5 minutos, e há 16 Deputados inscritos para falar.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Deputado, eu penso que colocar recursos no São Francisco é fundamental, e necessariamente não precisa ser através de uma empresa pública. Agora, é preciso analisar a modelagem. Ficar falando em TVA no Brasil, na minha opinião, é bater bumbo e não permitir a discussão de outras alternativas. Desculpe-me a franqueza.

Por último, respondo ao Deputado Simão. Aqui, podemos dizer: *“Olhem, foram várias coisas”*. Eu vou falar como alguém que está no setor elétrico desde 1982 e estava fazendo mestrado exatamente sobre questões tarifárias. Eu vou dizer o que eu acho. É só isso? Provavelmente não é. O aumento da tarifa no Brasil é fruto, no mínimo, de três questões. Primeira questão: privatização do setor elétrico entre 1995 e 1997 das distribuidoras. Por quê? Porque nessa privatização, o ágio, vendido como a grande vantagem do setor elétrico, principalmente do de São Paulo, foi embutido dentro do capital das empresas. A tarifa explodiu.



Segunda questão: o modelo de 1994 a 1997 obrigou à desverticalização das empresas no setor elétrico. Em vez de haver um setor integrado pelas características do Brasil... A CEMIG teve que desverticalizar; a COPEL teve que desverticalizar; a CESP teve que desverticalizar. Quanto à CHESF, eu não sei dizer, porque não há distribuição. A desverticalização no Brasil foi contra tarifa mais baixa.

Terceira e última questão: o modelo que incorporou as termelétricas no Brasil é uma coisa maluca. Quem estuda isso vai ver que é maluquice. O que se fez? Fez-se um misto entre modelo nórdico e modelo inglês, na desverticalização, e se criou uma tarifa... Olhem como isso é cruel! Inclusive pagamos isso no período de crise. Você tem a energia térmica... A empresa ganha para não gerar energia, mas existe disponibilidade na usina. Quando há uma crise, e a usina precisa gerar, o que acontece? Custo de capital e custo de combustível. Isso explode a tarifa em qualquer lugar do mundo!

Alguém pode perguntar: *“Como é que um país de base hidráulica, que deveria ter tarifas baixas, tem tarifas explosivas?”* E vão explodir mais, por conta disso que estou dizendo aqui, se esse modelo for levado adiante. Na minha opinião, as tarifas acabaram explodindo por conta de modelos que foram aplicados ao longo desse tempo, sob a ótica da redução tarifária.

A única medida que reduziu tarifa para valer no Brasil foi a Medida Provisória nº 579. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, gostaria de falar sobre o tema.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Patrus...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Há uma questão aqui. Havia um compromisso anterior do Deputado Darcísio... Vamos acertar aqui a nossa convivência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Deputado Simão Sessim, peço-lhe um minutinho.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ...que a medida provisória foi benéfica com relação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Eu vou pedir para cortar a palavra do Deputado Simão Sessim.

Cortem a palavra do Deputado Simão Sessim, por gentileza, senão eu perco minha autoridade. Estou exercendo aqui a Presidência. Vamos acertar uma questão aqui: há uma demanda.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Sim, mas a réplica tem que inclusive ser deferida.

Eu quero colocar para os Deputados...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu queria saber dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ...se a medida provisória foi benéfica para a redução...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Eu peço ao senhor que não responda, Dr. Murilo.

Vou pedir a ele que não responda, Deputado Simão Sessim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Vou pedir a ele que não responda.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Deputado Arlindo, pelas informações que recebi da assessoria, o Deputado Darcísio Perondi deferiu o pedido de V.Exa.

Gostaria de saber se posso contar com a compreensão de V.Exa. para falar rapidamente, pois há 16 Deputados inscritos — todos querem falar e têm esse direito. Certamente, ainda haverá as considerações finais dos integrantes da Mesa. Inclusive, alguns deles já nos comunicaram que terão que sair mais cedo por conta de compromissos de viagens. Portanto, eu peço a V.Exa. que seja muito breve.

Espero também contar com a compreensão dos demais Deputados, para seguirmos a linha regular dos inscritos. Outra proposta apresentada pela assessoria é a de reduzir o tempo para 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - A ideia é garantir a fala de todos. Não vai dar tempo de todos falarem, a não ser que entremos noite adentro. Essa é uma proposta para buscar uma saída mais equânime. Se não houver consenso, tocaremos de acordo com as regras preestabelecidas.

Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço a palavra e me desculpo, mas, pela seriedade deste debate, insisto em falar.

Eu quero agradecer ao Dr. Wilson por ter me disponibilizado seu texto. Eu o pedi, porque imaginei que aqui haveria a discriminação dos quase 4 bilhões de reais aplicados, mas não há! Aqui, faz referência a 500 milhões de reais, a 39 Municípios e a 12,9 milhões de reais para dejetos.

Eu quero dizer ao senhor que me apoiei num documento do final de março deste ano — portanto, não há nem 1 mês —, assinado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais e do Espírito Santo, dentre outros que o senhor conhece. Aqui há 40 recomendações para que a RENOVA cumpra com seus compromissos financeiros.

Então, eu gostaria de solicitar-lhe que deixe esse texto com a Comissão, para que todos tenham acesso a ele e saibam onde foi gasto o dinheiro que o senhor disse que foi gasto.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputado Arlindo.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Pois não.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Deputado, acredite que foram gastos 1,8 bilhão de reais no ano passado e, para este ano, estão previstos 2,2 bilhões de reais.

Eu encaminho à Comissão onde é que estão previstos esses gastos. Eu não vim preparado para discriminar esses 4 bilhões e nem sabia que iria aparecer essa pergunta, mas posso lhe mandar com toda a transparência. Se consultarem o *site* da RENOVA, talvez vejam isso lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado.



Retomando à ordem normal das inscrições, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

Pelas regras estabelecidas, V.Exa. tem 5 minutos. Iremos até onde for possível.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero dizer que nós estamos aqui, como em todas as audiências públicas, em frente de autoridades que têm conhecimento especificamente de suas áreas, não tão somente da questão da CHESF, mas de toda a situação do Rio São Francisco, do Estado do Sergipe e, naturalmente, do que aconteceu no Rio Doce e mais ainda na Agência Nacional de Águas — ANA.

Mas vejam bem: curiosamente, nós estamos tratando do Sistema ELETROBRAS. Nós não estamos tratando do sistema de águas no País. É isso que as pessoas não compreendem lá fora, porque imaginam a energia elétrica de maneira estática. Aliás, energia elétrica não combina muito com água, porque, se estivermos com os pés molhados, corremos o risco de levar choque. Então, conforme compreensão popular, água e energia elétrica não combinam, pois ela amplifica o choque. Na essência, energia elétrica vem da água, pelo menos no Brasil.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Isso é dialética pura.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É dialética pura. Mas a população não compreende isso.

Quando nós falamos de energia elétrica, estamos falando de água — da água que o boi bebe; da água que a criança toma; da água que alimenta as cidades; da água que dá o pão nosso de cada dia; da água que é vida; da água que é um bem finito, mas que já começa a escassear. Os maus presságios afirmam que um dia haverá guerra pela falta de água na Terra. Povos se levantarão! É preciso que as nações do mundo inteiro se ajudem e deem atenção à água. Nós não estamos dando atenção à água. Estamos empurrando a ELETROBRAS junto com a água do Brasil.

Isso não é razoável e não é aceitável. Nós temos que denunciar isso perante a opinião pública, perante a Nação. Estão entregando o Sistema ELETROBRAS e, junto, estão entregando a água do País e o Sistema CHESF, que — leia-se — é



água. Todos os sistemas são água. Como disse o Dr. Rocha, há 233 grandes barragens Brasil afora. E nós vamos ficar silentes em relação a isso?

A ELETROBRAS tem um valor expressivo e nem sequer podemos divergir, mas o valor da água que está por trás de tudo isso é incomensurável. Não há como medir, pois são valores inestimáveis — inestimáveis! Precisamos denunciar isso à Nação brasileira.

Aliás, eu me lembro de uma passagem bíblica, quando Jesus visitava o templo, que estava tomado de vendilhões, de negociadores, de aproveitadores daquele espaço religioso, daquele espaço da fé, daquele espaço da confiança, daquele espaço da esperança. Conta a Bíblia que Jesus não teve dúvida: expulsou todos do templo, num ato firme, duro, não convencional na história de Cristo. Ele tomou essa atitude veemente e expulsou os vendilhões do templo. Isso está na Bíblia.

Pois está acontecendo no Brasil algo muito parecido. Alguém tem que tomar uma atitude enérgica, embora o nosso povo seja pacífico. Jesus era um homem da paz, mas sua indignação foi tamanha que reagiu de forma exacerbada e expulsou os vendilhões a grito do templo. Pois o Brasil está precisando expulsar os vendilhões da Pátria, porque estão vendendo-a! Esta Pátria não pertence aos vendilhões. Ela não está à venda, pois não é um negócio. Esta Pátria é do povo brasileiro que tem fé, que tem crença, que tem esperança, que deseja e almeja um futuro melhor para este País. O pior é que estes vendilhões da Pátria estão aí de plantão, transitoriamente, de maneira efêmera, momentânea, circunstancial, passageira, por curto espaço de tempo — aliás, sem legitimidade. Em 6, 7 meses, estão fora do páreo. Então, estão correndo atrás, com uma rapidez absurda, para tentar vendê-la antes de caírem. Eles querem vendê-la, antes de serem expulsos do templo, antes de Jesus chegar, antes de alguém chegar para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Deputado Pompeo, estamos caminhando para o final.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está vencendo o meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - A rigor, V.Exa. tem 5 minutos e pode ter mais 3 minutos, como Líder.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - V.Exa. não requereu os 3 minutos? V.Exa. os requer?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, eu os requeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Concedidos mais 3 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Requeiro, para concluir.

Nós precisamos dizer que eles querem vender o que podem vender enquanto estão lá, antes de serem expulsos, porque o prazo de validade está aqui na esquina.

Diz-se que damos tempo ao tempo para que, com o tempo, haja tempo, desde que não se perca tempo e chegue o tempo do tempo certo. E o tempo deles está terminando.

Sr. Presidente, nós precisamos tomar uma atitude semelhante àquela do Homem da Paz, do Salvador do Mundo, para salvar a Pátria amada, Brasil. Temos que segurar isso aqui e não permitir que aconteça o pior, porque, se deixarmos, eles vendem a mãe e a entregam, assim como dizia o próprio Brizola: *“Vendem a mãe e entregam a velha”*. Eu repito o mesmo, porque isso está nos deixando muito angustiados, muito indignados, muito contrariados.

Querem privatizar a ELETROBRAS. Depois de privatizá-la, vão revitalizar o São Francisco? Quem vai pagar? Eu, tu, ele, nós, vós, eles? Eles querem repartir, socializar o prejuízo e privatizar o lucro. O lucro é deles, e o prejuízo é nosso. O povo paga; a casa da mãe joana paga; a viúva paga. O lucro é: *“Venha a nós o vosso reino e seja feita a nossa vontade aqui, ali, acolá”*.

Eu estou puxando as coisas da Bíblia, porque acho que é de lá que nós precisamos buscar os bons exemplos para nos servirem de exemplos. É isto que, lamentavelmente, está acontecendo em nosso País: o dinheiro público está indo pelo ralo, está indo por água abaixo. Estão levando o dinheiro e estão nos explorando.

Concluo, Sr. Presidente, advertindo o cidadão gaúcho, os brasileiros, a nós todos, a mim mesmo. O que digo é com tanta convicção que, se não houvesse ninguém para ouvir o que estou dizendo, eu seria capaz de dizer a mim mesmo, para aumentar a convicção que tenho daquilo em que acredito. O que estão fazendo



tem nome e tem endereço: é algo para meia dúzia ficar rica à custa de milhões que vão pagar a conta. E essa conta vai vir em nome de tarifa de energia elétrica. Vai estar no talão nosso de cada mês, o talão nosso de cada cidade, de cada empresa. Não vai interessar à empresa que vai comprar energia elétrica, não vai interessar à distribuidora: elas vão cobrar, e nós vamos pagar o pato roubado.

É isso que vai acontecer, e por isso eu quero deixar aqui essa advertência e esse questionamento: vai ou não vai terminar no aumento da energia elétrica? Essa é a pergunta que eu deixo no ar, para que depois, se possível, respondam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

A próxima inscrita é a Deputada Erika Kokay.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É possível somar o tempo de Líder da Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Sim. São 8 minutos como Líder mais 5 minutos — são 13 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está ótimo.

Eu não tenho muitas dúvidas acerca do aumento da tarifa a partir de um processo de privatização. Havendo a descotização, o megawatt-hora passará a custar, a preço de mercado, 200 reais — a cotização impôs um preço de 40 reais, se não me falha a memória, por megawatt-hora —, e, obviamente, isso impactará, sem nenhuma dúvida, na tarifa.

A própria proposta que foi introduzida na construção do parecer fala da necessidade de revitalizar o Rio São Francisco. De onde virão os recursos? Os recursos virão, seguramente, de um processo de elevação das tarifas.

Aqui já foi dito pelo próprio representante da CHESF que qualquer gasto está diretamente associado às tarifas. Então, os gastos a serem implementados estão diretamente associados à elevação da tarifa. Portanto, não há dúvida de que o processo de privatização levará ao aumento da tarifa.

Mas não é só isso. Aqui se tenta falar de uma revitalização, associando-a ao processo de privatização. Nós já temos a CODEVASF. Já existe a CODEVASF —



que está também na lista para ser privatizada. Não há que se criar uma nova empresa para revitalizar o Rio São Francisco.

É muito interessante a fala do Sr. Vicente, quando diz que o Rio São Francisco é de múltiplo uso. Ele tem vários usos: o uso da pecuária, o uso industrial, o uso de navegação, o uso da energia. O Rio tem vários usos. Portanto, é um Rio de múltiplo uso. Isso gera conflitos, ou diferenças, entre os beneficiários do próprio Rio São Francisco, e o poder público contribui no processo de mediação. A perspectiva que se tem com a privatização é a de que sejam acirrados os conflitos inerentes à quantidade e à miríade de usos do Rio São Francisco.

Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida de que há um processo de elevação das tarifas e de aprofundamento dos conflitos. E agora não me resta nenhuma dúvida quanto ao que foi dito pelo Relator da matéria, quando ele responsabiliza a CHESF — injustamente — pelo abandono do Rio São Francisco. Ele a responsabiliza injustamente, repito. Entretanto, ele diz: “... *porque a CHESF monitora o Rio, porque a CHESF domina o Rio, tem controle sobre o Rio...*”. Ele está, então, assumindo que, ao privatizar-se a CHESF, esse controle, esse monitoramento passará a ser da iniciativa privada.

Aí, não somos mais nós que aqui estamos dizendo que privatizar a ELETROBRAS representa também a privatização da vazão do Rio, a privatização dos próprios rios, a privatização de uma série de processos que se dão a partir do próprio Rio. Isso foi dito pelo próprio Relator, ao tentar responsabilizar a CHESF pelo Rio São Francisco.

Mas me parece que a ELETROBRAS deveria responder a muitas coisas antes de se arvorar num processo de privatização da empresa, que representará sem nenhuma dúvida a elevação da tarifa e a privatização do subsolo, das matas ciliares e do próprio Rio São Francisco.

Lembro que foi muito citada nesse processo de privatização a comparação entre a ELETROBRAS e os resultados da privatização da Vale.

Primeiro: os resultados da privatização da Vale não são revertidos para o povo brasileiro. Nem se diz que há um aumento substancial dos impostos pagos pela Vale. Para dar apenas um exemplo, a Vale exportou 97 milhões de toneladas de minério de ferro de Carajás em 2011. O faturamento foi de 11,7 bilhões de



dólares, correspondente mais ou menos a 20 bilhões de reais, que gerou impostos, por exemplo, de ICMS, de cerca de 0,15%.

Mas o que representou a venda da Vale? Primeiro, a sua cotação foi avaliada em 10 milhões por uma corretora, que subavaliou jazidas e o conjunto do complexo industrial da empresa, que tinha um patrimônio real de 100 milhões. Depois, descobriu-se que essa corretora estava ligada à empresa Anglo American, que participou do próprio processo de leilão.

Então, vejam: a Vale foi vendida por 3,3 bilhões — e paga com recursos inclusive de fundos de pensão de empresas públicas e do próprio BNDES. Eu lembro uma fala de um representante do Governo à época, do Governo Fernando Henrique Cardoso: *“Nós estamos no limite da nossa responsabilidade na tentativa de vender a Vale”*. Vendeu por 3,3 bilhões. E o lucro líquido da empresa no ano em que ela foi leiloadada foi de 12,5 bilhões. Em apenas 3 meses a empresa arrecadou mais do que o Governo conseguiu arrecadar com a sua venda — em apenas 3 meses!

No caso da ELETROBRAS, o banco BTG Pactual foi contratado para avaliar os ativos da empresa — sem licitação, inclusive, o que, aliás, é uma norma da ELETROBRAS: não contratar com licitação em grande medida nesse processo de privatização. Ele é dono de uma comercializadora de energia, além de ser sócio de uma série de grupos que estão interessados na compra da ELETROBRAS. Por isso, justifica-se nós termos a ELETROBRAS, que tem ativos de quase 30 milhões, sendo cotada em 12 milhões — uma empresa que tem como ativos cerca de 400 milhões.

Nós estamos, portanto, em um processo de doação de uma empresa; em uma construção de desnacionalização da empresa; em uma possibilidade concreta, caso o projeto do Governo vá adiante, de privatização do próprio Rio São Francisco. E, aliás, se se quer construir um investimento grande...

Essa revitalização do Rio São Francisco, que está proposta no projeto, em verdade, é apenas para tentar amenizar a reação da bancada nordestina à venda da ELETROBRAS, porque a bancada nordestina sabe o valor do Rio São Francisco para a vida do povo nordestino. E se quer amenizar essa perda. Se se quer revitalizar, vamos, então possibilitar que a revitalização seja feita por quem de direito, que é a CODEVASF! Ou seja, vamos construir as condições para a



CODEVASF fazê-lo, e não tentar privatizar uma empresa, doá-la para os chineses, provavelmente, na perspectiva de se perder a soberana energética do Brasil.

Mas quando eu digo que a ELETROBRAS tem como costume, em alguns casos, no que diz respeito à privatização, a contratação sem licitação, eu estou dizendo também que esta empresa contratou uma empresa de publicidade sem licitação — aliás, não foi a empresa, ao que tudo indica, que ofereceu o menor preço — por quase 2 milhões. Querem doar a ELETROBRAS por 18 milhões e contrataram uma empresa por quase 2 milhões, sem licitação, para vender a perspectiva de privatização da ELETROBRAS como algo salutar para o País e para o povo.

Nesse processo, a empresa contratada buscava identificar os formadores de opinião, analisar o que a população está avaliando acerca da privatização, para vencer as resistências — as resistências de quem tem luz em casa porque nós temos uma ELETROBRAS. São 15 milhões de brasileiros e brasileiras que têm luz em casa graças à ELETROBRAS. Se a égide fosse a do lucro, não teriam. São as distribuidoras que levam energia para os rincões deste País, para as dobras deste País, para o Brasil profundo, invisibilizado.

As empresas privatizadas não farão isso. Tanto é que o próprio TCU impôs, através de parecer ou de proposições do Ministério Público, o adiamento da venda das distribuidoras. No processo de venda das distribuidoras, que foi posto e aprovado pela Assembleia da ELETROBRAS, a ELETROBRAS assume uma dívida que pode ser de 18 milhões. Isso é patrimônio do povo brasileiro!

Agora, nós temos um Governo que desvia das áreas sociais mais de 200 milhões para publicidade; um Governo que coloca em risco a vida do povo do Rio de Janeiro, em especial a da população negra e pobre, para poder, pirotecnicamente, construir um diálogo com a população, com a intervenção, que já matou e mata muito mais do que se mataria normalmente sem intervenção no Rio de Janeiro. É isso o que estamos vivenciando!

E isso vai ficar para o povo brasileiro! Vai ficar para o povo brasileiro o rompimento de soberania energética, porque, se se quer discutir modelos, há várias possibilidades. Por exemplo, é possível revisitar a medida provisória da cotização. Mas vai-se descotizar para poder tornar mais atrativo um capital que está



subavaliado, como foi subavaliada a própria Vale do Rio Doce. E vêm me falar de sucesso da Vale do Rio Doce?

Aliás, é bom lembrar que a ELETROBRAS não provocou nenhum desastre ecológico, como a Vale do Rio Doce, privatizada, provocou, levando vidas e comprometendo um rio inteiro, o Rio Doce. Portanto, não há como se justificar.

O Sr. Darcísio Perondi, talvez na solidão da falta de popularidade do Governo Temer, está nesta Comissão como voz única, via de regra. S.Exa. tentou inclusive psicanalizar o testamento de Getúlio Vargas. A que nível chegamos! Talvez ele devesse ser chamado de Darcísio Freud Perondi, porque tentou justificar o suicídio de Vargas, que foi provocado por situações semelhantes às que estamos vivendo neste momento, no Brasil, como a tentativa de sacar o País, de arrancar um projeto de desenvolvimento nacional. Quem não tem projeto de desenvolvimento nacional não tem interesse em PETROBRAS, não tem interesse em crédito produtivo dos bancos públicos, não tem interesse em energia, não tem interesse numa empresa que é insumo fundamental e básico para o desenvolvimento social, econômico, industrial e rural do País.

Portanto, nós estamos vivenciando isto: um Governo sem popularidade; um Governo que tenta, enfim, criar artifícios para poder aplacar ou minimizar a resistência da bancada nordestina a essa privatização do Rio São Francisco; um Governo que apela para qualquer tipo de argumento.

Eu digo que é preciso preservar a ELETROBRAS como empresa pública para que possamos ter perspectivas de desenvolvimento nacional.

Encerro dizendo ao Deputado Perondi, que aqui disse que a ELETROBRAS tinha sido alvo de uma gestão profundamente não republicana, que ele está apresentando uma ferida narcísica, porque está culpando as pessoas do seu próprio partido por um processo não republicano dentro da ELETROBRAS.

Digo ainda que, apesar do MDB, apesar de Michel Temer, a ELETROBRAS resiste e resistirá a essa tentativa de entrega da empresa para o capital internacional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.



Passo agora a palavra a um dos decanos desta Casa, o Deputado Paes Landim, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Eu quero aplaudir a escolha do Deputado José Carlos Aleluia como Relator. Ele é graduado na velha Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e fez pós-graduação no exterior.*(Ininteligível)*.

Quero aproveitar para dizer, meu caro Presidente, que, por coincidência, neste momento, preside transitoriamente a Comissão um dos homens públicos que mais admiro neste País. Independentemente de divergências políticas ou ideológicas, eu o respeito e admiro. V.Exa. é um dos poucos homens públicos que *(ininteligível)* deste País.

Sr. Presidente, o Ministro Fernando Coelho Filho fez uma bela exposição aos Parlamentares, através de uma correspondência. Entre outras considerações — vou ser rápido —, *(ininteligível)* que a gestão da ELETROBRAS não tardou em produzir um minucioso diagnóstico das reais condições da empresa. Identificou como principais causas de seu mau desempenho a seguinte: fragilidade de governança das empresas controladas pela *(ininteligível)* com taxas de retorno inferiores ao custo de capital próprio da ELETROBRAS.

A propósito, quero destacar aqui dois exemplos, Sr. Presidente. Eu me recordo de que, quando a Sra. Presidente Dilma Rousseff era Ministra de Minas e Energia, eu tive uma audiência com S.Exa., acompanhado do Prefeito de Parnaíba, José Hamilton Castello Branco. Eu fui me queixar: *“Sra. Presidente, a empresa estadual de energia de Piauí é uma coisa horrorosa. Falta energia toda hora e há apagões”*. Eu, coincidentemente, tinha ido numa novena lá em São Francisco. Havia um padroeiro famoso e 40 mil, 50 mil pessoas assistiam ao evento lá, na Paraíba. Faltou energia a noite toda. Graças a Deus, havia uma bela lua cheia, o que evitou maiores problemas.

Ela me disse: *“Deputado, o senhor tem toda a razão. Eu estou, neste momento, sugerindo ao Presidente Lula que federalize essas empresas estaduais”*.

Veja bem, como a palavra “privatização” era um tabu — com a devida vênia ao eminente Deputado que muito admiro, que preside, neste momento, a Comissão



—, ela optou pela federalização. Sim, mas seis empresas, dando prejuízos enormes ao Governo Federal! E a PETROBRAS bancou esse prejuízo todo e vem bancando.

Quero dar um exemplo a V.Exas. A empresa do Maranhão, a Companhia Energética do Maranhão — CEMAR, foi privatizada em 2002. Hoje é a empresa que mais rende no Brasil. Fez todo o Programa Luz para Todos do Presidente Lula com custos muito mais baixos do que os do Piauí. O Piauí não fez, até hoje, o Luz para Todos. O preço mais alto é o do Piauí. É a empresa que dá mais lucro, inclusive, para a própria ELETROBRAS, porque continuam a participar, todas elas, com participação minoritária, mas participam.

Eu vejo o exemplo do Maranhão, que tem energia mais barata do que a do Piauí, que é federalizada. É incrível isso, não é?

E continua a carta do Ministro Fernando Coelho: “... *elevado endividamento, que registrava uma relação dívida líquida insustentável, próxima a 9 vezes, com custos elevados e prazos de vencimentos curtos; e custos operacionais altíssimos, superiores em 50% aos limites cobertos por tarifas. Em 2015, o custo operacional real das empresas do grupo ELETROBRAS superou o teto regulatório em R\$ 3,2 bilhões*”.

Quer dizer, não há País que aguento uma coisa dessas!

O sistema de empresa estatal faliu. Quer dizer, já houve um momento importante da consolidação da soberania dos países, etc. etc. Mas neste momento de globalização, investimentos globais, movimento de capital para cima e para baixo, elas não são mais fundamentais, estrategicamente, para nenhum país.

E quero dizer mais, Sr. Presidente: o problema das empresas (*ininteligível*) é o custo elevado para o País. Quer dizer, a Nação vem pagando esse preço das empresas deficitárias. No meu Estado, em determinado momento, a empresa estadual tinha mais médico do que engenheiro. Vocês vejam o abuso das empresas estatais: havia mais médico do que engenheiro!

Agora, eu queria aqui apenas dizer o seguinte: falando em revitalização do Rio São Francisco, eu falei com o eminente Relator Aleluia — acabei de dizer que é o homem certo no lugar certo — que não se pode esquecer também do Rio Parnaíba.



Eu fico decepcionado com a ANA. Ela acabou de lançar um programa de 300 milhões de reais para a revitalização dos rios, mas não tem competência para isso.

Olha, quem puder, visite a biblioteca do saudoso, grande Presidente, primeiro Presidente civil do País, Prudente de Moraes, em Itu. Há um museu dele ali — não precisa nem ir a Piracicaba. Em Itu, o Prudente de Moraes teve um escritório, meu caro Patrus Ananias. Se V.Exa. visse a biblioteca dele! Eu me lembro que vi lá um livro do Governo Imperial, que, anualmente, fazia o relatório da situação dos rios de todo o Brasil e de seus principais afluentes.

Isso não existe mais no Brasil, acabou! O Brasil republicano dá as costas para a água. Aliás, o Brasil e as cidades dão as costas para os rios. Quer dizer, as matas ciliares do Brasil acabaram, o País está sendo destruído. Havia uma flora belíssima, aquelas ararinhas azuis todas desapareceram. Quer dizer, as matas ciliares acabaram. Não há plano de manejo nenhum no Cerrado piauiense, etc...

Então, é importante que no programa de revitalização — eu falei com o nosso Relator Aleluia — não se deixe de lado o Parnaíba.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Aleluia, e ressalto essa bela coincidência de ter esse homem público que eu admiro profundamente, o Patrus Ananias, na Presidência dos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputado Paes Landim, pela sua generosidade.

Vou atender aqui ao nosso Relator, Deputado Aleluia, que pediu 1 minuto para dar esclarecimentos ao Deputado Paes Landim.

Tem a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, por inspiração de V.Exa. e do Deputado Heráclito Fortes, eu fui Relator da inclusão do Piauí na área de influência da CODEVASF. Portanto, nós, juntos, certamente, colocaremos o Parnaíba como um rio a ser também objeto de um trabalho a ser feito pela fundação responsável pela revitalização dos rios do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Obrigado, Deputado Aleluia, rigorosamente no prazo.



Eu passo agora a palavra ao Deputado Zé Carlos, o próximo inscrito, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar a Mesa, os Deputados e Deputadas aqui presentes, os funcionários desta Casa, em nome de todos os empregados e empregadas do sistema ELETROBRAS que fazem parte desta audiência importante de hoje, de mais um processo deste Governo golpista de entrega do nosso patrimônio, o patrimônio do povo, ao capital privado.

Sr. Presidente, eu fiz três emendas a este PL 9.463/18. Eu queria falar de uma delas, que diz respeito ao objeto desta audiência: a revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

O projeto de lei tem como justificativa essa revitalização. E o que eu questiono é por que essa venda de um patrimônio tão importante se justifica apenas por essa revitalização. Não resta dúvida nenhuma de que a revitalização do Rio São Francisco é fundamental para todos nós. Mas por que também não se pode fazer a revitalização dos rios da Bacia Araguaia/Tocantins, que é tão importante quando a Bacia do São Francisco?

Por isso, uma das três emendas diz respeito exatamente a colocar neste projeto de lei as mesmas condições que estão sendo propostas para a revitalização do Rio São Francisco também para a revitalização dos Rios Araguaia e Tocantins. As mesmas condições, isto é, 350 milhões nos primeiros 15 anos e 250 milhões nos outros 15 anos, totalizando 9 bilhões de reais.

Há outro ponto importante, que aqui já foi citado, mas é importante que se bata nesta tecla: a subvalorização dessa tentativa de privatização.

Aqui veremos se repetir o “efeito Orloff” da Vale. Aquele efeito “*Eu sou você amanhã*”. Como já foi dito, a venda da Vale foi proposta por 10 bilhões de reais, quando a empresa valia 100 bilhões de reais — e essa estimativa de 100 bilhões de reais foi concretizada. E a empresa foi vendida por 3,3 bilhões de reais. Seu patrimônio valia mais de 100 bilhões de reais. O seu lucro, no primeiro ano, foi de 12,5 bilhões de reais, para mostrar o absurdo que foi feito com a Vale. E querem fazer o efeito Orloff com a ELETROBRAS.



Também foi citado o absurdo que é a ELETROBRAS contratar a BTG Pactual para avaliar os seus ativos, quando ela é sócia acionista dos grupos interessados em comprar o sistema ELETROBRAS. É uma vergonha que ainda se conceba essa situação!

E aí? Quem vai pagar essa conta? De quem é esse lucro? Esse lucro ninguém tem dúvida de que é do capital financeiro e decorre do compromisso que este Governo golpista, sem condições morais, sem credibilidade e extremamente mal avaliado — o Governo mais mal avaliado do mundo — tem de entregar ao capital financeiro um sistema tão importante e estratégico, inclusive para a defesa nacional. É isso que se tem. Quem paga essa conta é o consumidor.

O Deputado Pompeo de Mattos fez a pergunta, e eu tenho certeza disto: quem não quiser faltar com a verdade dirá que quem vai pagar essa conta é o consumidor. E o valor já está estipulado, previsto para o primeiro ano: quase 17% de aumento na conta.

O País não pode pagar para ver isso acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, já praticamente encerrando meu tempo, não poderei mais falar de outros prejuízos que os trabalhadores terão, como as demissões em massa que vão acontecer, e de toda a falácia das mentiras propostas no tocante à qualidade dos serviços prestados pela iniciativa privada: que vai baixar o custo da energia, que vai melhorar a eficácia da empresa. Tudo é falácia!

Este Governo golpista não pode vencer essa batalha. O sistema ELETROBRAS é do povo brasileiro, não é de um Governo ilegítimo deste País.

Portanto, vamos resistir, e a ELETROBRAS não vai ser privatizada! Quem votar pela privatização não voltará para esta Casa!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado, Deputado Zé Carlos.

O próximo inscrito é o Deputado Alceu Moreira. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Também não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera, por 5 minutos.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, Sr. Relator e convidados presentes que falaram tão bem hoje, não consegui ouvir todos os senhores, porque atrasou o voo de Curitiba, por causa do nevoeiro.

Mas o importante, Relator, é falarmos sobre esta questão: é reestruturação ou privatização? O que estamos fazendo aqui é privatização. Reestruturar se faz sem vender. Tem que reorganizar o sistema elétrico? É necessário? Tem que fazer um estudo profundo, uma reestruturação, para dar mais eficiência e regularizar melhor a questão das tarifas? Eu acho que está correto.

Nós superamos o mais grave da situação, que foi o apagão de 2001. Aquilo ali, sim, é que não tinha saída. A partir daí, o sistema elétrico brasileiro avançou numa série de questões, não só do ponto de vista da geração, como do ponto de vista da distribuição: a organização de um gestor para isso; a ligação de todos os sistemas de distribuição num só, podendo jogar energia de uma região para outra. Isso é um ganho de qualidade que nós temos, e, para um país continental, é uma das experiências mais ricas e talvez única do mundo para um país dessa dimensão.

Então, nós temos que dizer o seguinte: os últimos 13 anos, 14 anos de Governo foram muito bons para o sistema elétrico brasileiro, que tirou aquele risco de você ficar sem energia. Agora, nós temos que ganhar eficiência. Mas ganhar eficiência não significa vender o sistema; significa dar ao sistema eficiência.

Por exemplo, vendeu-se a Vale do Rio Doce por 3 bilhões de reais. Ela tinha um patrimônio de 100 bilhões de reais. Pode-se perguntar como seria a Vale sem a privatização, ou a EMBRAER.

Eu vou citar um exemplo contrário: se, quando Fernando Henrique transformou a PETROBRAS em PETROBRAX, ele tivesse vendido a PETROBRAX, o que seria da nossa PETROBRAX hoje? Hoje é uma potência a PETROBRAS. Detém um dos maiores depósitos conhecidos de petróleo, que é o pré-sal, uma nova fronteira para o mundo explorar hidrocarbonetos, feito por uma estatal extremamente eficiente.

E se, quando Fernando Henrique transformou o Banco do Brasil em Banco Brasil, ele tivesse vendido o Banco Brasil, e nós não tivéssemos hoje essa potência que é o Banco do Brasil, uma estatal eficiente, que, em diversos momentos, cumpriu



o seu papel social, principalmente no combate aos juros, quando os juros estavam no alto, e o Governo soube usá-lo para reduzir os juros para aquele consumidor?

Como seria o Brasil sem a PETROBRAS estatal e sem o Banco do Brasil estatal? E essas empresas estariam piores ou melhores? O fato é que nós teríamos dois grandes patrimônios públicos, assim como a EMBRAER e a Vale do Rio Doce, entregues a grupos privados, e isso não significa que elas teriam mais eficiência — tanto que a PETROBRAS e o Banco do Brasil são eficientes.

E não dá para entender também por que essa pressa, como se não houvesse amanhã, como se o mundo acabasse agora e nós tivéssemos que vender a ELETROBRAS agora, por 12 bilhões de reais, o que não resolve absolutamente nada para o Brasil.

Eu citei, na audiência passada, a venda do BANERJ, lá no Rio de Janeiro, por 2,7 bilhões de reais de moedas pobres. O Governo consolidou a dívida do Estado, depois, no ano seguinte, em 6 bilhões de reais. Depois, ao longo dos anos, de lá para cá, o Estado do Rio de Janeiro, com metrô, Olimpíadas, Copa do Mundo, tomou emprestado quase 40 bilhões, pagou mais de 60 bilhões e deve 108 bilhões.

Então, foi correto vender o BANERJ? Não foi! Na essência, foi um grande problema, porque consolidou a dívida do BANERJ, criou uma responsabilidade do Estado com a União, e hoje o Estado está inadimplente, está falido.

Por que, então, essa pressa, essa necessidade de vender a ELETROBRAS este ano? Olha, esse Governo tem que entender que ele entrou e ele é questionado pela imensa maioria da população. Ele não pode se dar ao luxo de vender um patrimônio desse tipo.

É nesse sentido, Sr. Relator, que viemos aqui defender que não haja a privatização.

Eu queria, mais 1 minuto só, para fazer a última observação.

O Relator tem colocado aqui que um dos escopos ou dos enfoques que ele dará, no seu relatório final, a esse projeto de lei é quanto ao financiamento do custo da transposição das águas do São Francisco, como se isso fosse um gasto, e não investimento de longo prazo.



Pergunto que outras alternativas os senhores presentes aqui poderiam imaginar, sugerir para financiar os custos da transposição das águas do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Patrus Ananias) - Muito obrigado Deputado Celso Pansera.

Eu sou o próximo inscrito. Entre o Deputado Celso Pansera e mim não há outro inscrito, não; é direto mesmo.

Eu vou pedir, se os Deputados estiverem de acordo, licença para falar daqui mesmo, até por uma questão de economia de tempo.

Eu tentarei ser bem breve e vou me ater a uma única pergunta, basicamente:

A minha posição contrária à privatização da ELETROBRAS já está pública. Eu faço minhas, então, as palavras do Deputado Celso Pansera — e certamente serão numa linha próxima às minhas palavras as que proferirá o Deputado Glauber Braga. Então, eu faço minhas as palavras das pessoas que se colocaram contra esse processo.

Eu defendo, tenho dito isso, que a privatização da ELETROBRAS é a privatização das nossas águas, dos nossos recursos hídricos. Mas, por uma questão de economia, eu vou me ater a uma pergunta específica ao Dr. Nélio Brumer, buscando esclarecimentos mesmo com relação à Renova.

Primeiro, eu ouvi, na fala do meu fraterno amigo Nélio Brumer, meu conterrâneo de Minas, uma expressão que causou uma inquietação interior quando ele falou contra as interferências na gestão e falou com muita ênfase em “governança”. Algumas palavras entram na moda, como entrou na moda, por exemplo, em Minas — o Dr. Brumer conhece bem — a expressão “choque de gestão”, como se fosse uma saída mágica. E depois nós verificamos que o choque de gestão foi um choque mesmo, que comprometeu todo o sistema governamental do Estado, todas as políticas públicas, com consequências muito negativas.

Então, eu pergunto se essa palavra “governança”, mais uma palavra da moda, está sendo usada para legitimar a Renova no que se refere ao fato de não estar ocorrendo a participação das comunidades, das entidades, inclusive das entidades ambientalistas, dos movimentos sociais presentes na região, como é o



caso do Movimento dos Atingidos por Barragem — MAB e outros, das igrejas, das escolas e das universidades.

Pergunto ao Dr. Brumer se a Renova não está se fechando em relação à participação efetiva da sociedade.

Pergunto também se a assessoria técnica vinculada à participação das comunidades presentes e atingidas está sendo implementada. Nós sabemos que existe uma assessoria em Mariana e em Barra Longa, mas falta o restante da bacia. Essa assessoria técnica está ligada também a uma presença democrática das entidades, dos movimentos sociais presentes na região, sobretudo as entidades mais voltadas, como nós vimos, para a questão ambiental, o MAB etc.

Por último, eu gostaria de saber também como a Renova vê o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, porque as informações que tenho — e conheço bem a região — são no sentido de que o Rio foi duramente atingido, e isso terá consequências imprevisíveis. Então, quero saber se não está havendo aí um crime que se renova, na medida em que os direitos humanos, os direitos à informação, os direitos de acesso à Justiça, os direitos à melhoria progressiva da vida das pessoas estão sendo impossibilitados nesse processo.

Existe outra pergunta, que foi feita por outros Deputados que me antecederam, mas que eu gostaria de repetir, para obter informações mais precisas: onde e como estão sendo aplicados os bilhões aqui mencionados?

Era isso. Por uma questão de respeito ao tempo, vou encerrar, para garantir também o direito à fala de outros Parlamentares.

Passo a palavra, imediatamente, ao Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Leônidas Cristino. *(Pausa.)* Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu vou aproveitar a presença do Relator, Deputado José Carlos Aleluia, porque não quero ter a oportunidade de falar quando ele não estiver presente na Comissão. Portanto, quero aproveitar a presença dele aqui.

Quero falar sobre revitalização, mas, antes disso, trago duas questões muito graves sobre as quais gostaria que esta Comissão se manifestasse.



A primeira delas, Sr. Presidente, é que eu acho que a Presidência tem que formalmente fazer um pedido de investigação sobre a notícia que saiu hoje e está em vários veículos de comunicação de que o Presidente da ELETROBRAS contratou uma empresa de comunicação por 2 milhões de reais, com dispensa de licitação, para falar mal da ELETROBRAS.

Isso não é um fato qualquer. Isso é algo muito grave, ainda mais partindo da Presidência da empresa. E, se não houver uma posição contundente desta Comissão, o que parecerá é que nós naturalizamos uma denúncia de natureza gravíssima, até porque o veículo de comunicação que solicitou o aprofundamento e as respostas em relação ao tema não obteve todas as respostas que solicitou, com base na Lei de Acesso à Informação.

Objetivamente, Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado José Carlos Aleluia; Sr. Segundo Vice-Presidente, Deputado Patrus Ananias, é importante que esta Comissão publicamente se manifeste sobre o tema e solicite dos envolvidos uma resposta concreta, até porque, se houve uma orientação da Presidência da ELETROBRAS no sentido de falar mal da empresa, facilitando o processo de privatização, isso é de natureza tão grave que faz com que a CPI, que já tem número de assinaturas necessárias no Senado Federal, seja instalada imediatamente.

Quero ainda abordar outro assunto antes de falar sobre revitalização e pedi a presença do Deputado José Carlos Aleluia porque não queria falar por trás; queria ter a oportunidade de falar na presença dele.

Trata-se de uma matéria que saiu nos últimos dias, em jornais de grande circulação, e não digo aqui que a matéria seja verdadeira, mas, ainda que ela não seja verdadeira, é importante ouvirmos do Deputado José Carlos Aleluia o posicionamento dele sobre os fatos e que a Comissão também faça uma manifestação pública rechaçando o que verdadeiro não for.

Estou com um material na minha mão, Deputado Aleluia, que diz: “O Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico estava pronto para aprovar, em reunião marcada para hoje, matéria do dia 20, as indicações de Sinval Gama e Marcelo Prais aos cargos detidos pelo Poder Executivo no órgão. O operador é uma entidade de direito (...)”.



Em outra parte diz: *“A vaga que estava reservada para Prais, no entanto, será ocupada agora por um indicado do Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), Relator do Projeto de Lei da ELETROBRAS, que tramita lentamente no Congresso Nacional. Aleluia acertou com o Ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco, a indicação do engenheiro Jaconias Aguiar, ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica”.*

Imagino que as informações aqui contidas não sejam verdadeiras, porque, se verdadeiras forem, elas são completamente impróprias — digo isso respeitosamente, Deputado Aleluia, por isso é importante a sua manifestação —, V.Exa. não poderia relatar esta matéria, porque estaríamos tratando claramente aqui do caso de um Parlamentar que utiliza de sua influência como Relator, num momento tão delicado, para indicar um cargo ao Governo Federal. E esse cargo é exatamente o que trata de um processo ou de uma possibilidade de privatização da ELETROBRAS. Aliás, já é conhecida a posição de V.Exa. a favor dessa privatização. Não estou afirmando que isso aconteceu. Por isso, quero ouvir o Deputado.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que o Relator se manifestasse sobre o tema nesta Comissão, para que, se a matéria for mentirosa, esta possa se manifestar publicamente sobre o caso.

Finalmente, por 1 minuto, menos do que isso, eu quero falar sobre o processo de revitalização e quero saber dos presentes e do próprio Relator se eles rechaçam o que veio a público como avaliação — a avaliação não foi de nenhum partido de esquerda da Câmara dos Deputados, mas da FIESP, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo —, que a aprovação desta privatização pode fazer com que, num período de 30 anos, haja uma ampliação de 460 bilhões de reais no que vai ser pago de energia elétrica pelos brasileiros, informação esta que foi confirmada pela Federação Nacional dos Urbanitários — FNU.

Se estivéssemos falando em colocar à disposição 350 milhões de reais anuais para revitalização nos primeiros 15 anos e, depois, se colocássemos 250 milhões de reais anuais nos próximos 15 anos, haveria uma de 300 milhões de reais por ano. Se nós estamos falando da ampliação de tarifa de 15,3 bilhões de reais por ano, para o consumidor brasileiro, para a indústria e para a agricultura familiar,



estaríamos falando só de 300 milhões de reais. Os 15 bilhões de reais seriam voltados especificamente a quem?

Eu gostaria de saber se os presentes e o Relator da matéria, Deputado José Carlos Aleluia, que esteve lá presente, pelo que sabemos, na própria Federação das Indústrias num seminário promovido por eles, rechaçam essa afirmação da FIESP e também da Federação Nacional dos Urbanitários de que a conta de energia elétrica pode chegar a esse ponto.

Sr. Presidente, esta Comissão está chegando perto do seu fim, e eu lamento que chegue perto do seu fim de maneira tão deprimente; deprimente para os senhores, porque não conseguem um Parlamentar, no dia de hoje — por enquanto só V.Exa. como Presidente o fez —, para defender esse processo de privatização criminoso contra os interesses do Brasil e da soberania nacional.

V.Exas. não vão conseguir aprovar esse projeto!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. quer responder?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Glauber, eu não tenho procuração para defender o Presidente da ELETROBRAS. No entanto, imaginem o presidente de uma empresa contratar outra para falar mal da sua empresa e as ações dela valorizarem. Quando ele recebeu a empresa, ela valia 9 bilhões de reais. Hoje ela vale perto de 30 bilhões de reais, isso falando mal. Imaginem se ele arranjasse uma empresa para falar bem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas essa perspectiva de venda leva...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não é só perspectiva de venda, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - A palavra está com o Relator.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Perfeito, eu só gostaria de deixar claro que a perspectiva de venda amplia o preço das ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Eu fui generoso com V.Exa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não é perspectiva de venda. É que o Governo que os senhores apoiaram destruiu a empresa, e ele está a reconstruindo. Essa é a primeira informação.

Segunda, com relação à nomeação de membros da ONS — Operador Nacional do Sistema Elétrico, essa é uma decisão do Ministro. Recomendo a V.Exa. que examine o currículo do nomeado e do pretendente e me diga quem tem um currículo melhor. Se V.Exa. me disser que o currículo melhor é o do pretendente, eu vou pedir ao Ministro para trocar.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - V.Exa. o indicou?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Ele é meu amigo, eu não o indiquei. Quem o indicou foi o Ministro.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Vários são meus amigos, inclusive há pessoas que, por serem minhas amigas, foram indicadas, mas eu não as indiquei. Quem as indicou foi o Ministro. A responsabilidade é dele, mas ele tem o meu aval.

Aliás, quando o Ministro foi indicado, eu disse: *“Ele não é um especialista — até brincaram aqui; eu brinquei —, mas ele é bom para articular os objetivos do Governo no momento, porque tem uma visão política do processo”*.

Não vou me alongar mais. V.Exa. perguntou também com relação à revitalização. O meu modelo de proposta de revitalização está mais ou menos claro. Não é por outro motivo que sugeri trazer aqui o Presidente do Conselho da Renova. É claro que nós não vamos usar o mesmo modelo da Renova, que é, digamos, de origem genética diferente, mas é sempre bom olharmos as referências de alguém para basearmos o nosso trabalho. Isso é inspiração e não cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Na condição de Presidente, vou dar uma explicação: eu acho que alguns Deputados aqui presentes não participaram da votação e, por não terem votado, eles não lembram que no ano retrasado, no Governo Michel Temer, nós votamos a lei que trata da governança das estatais, que foi um pente-fino extraordinário. Pode não ter sido completa, mas foi extraordinária.



Eu vivi dificuldades com Líderes que diziam assim: *“Eu indiquei um, dois, três...”* Mas não preenchiam os quesitos. O Presidente Michel mandou a indicação para cá, nós votamos e a devolvemos. Então, eu posso afirmar com segurança que as indicações neste Governo melhoraram sensivelmente. Perfeitas não foram, mas melhoraram sensivelmente.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia, por até 7 minutos.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existe um ditado que diz que quem fala muito dá bom dia a cavalo. O Deputado Glauber falou aqui que esta Comissão terminaria de forma deprimente, sem que um Deputado pudesse levantar a voz para falar a favor da privatização.

Eu sou o Deputado que levanta a voz com coragem para falar sobre a privatização. V.Exa. poderia não ter dito essa frase no final, Deputado Glauber.

Mas, não só me referindo à privatização da ELETROBRAS, quero dizer da necessidade de administrarmos este País com mais eficiência. Que possamos reconhecer os limites da administração pública impostos pela legislação brasileira, pela burocracia, e que trazem uma ineficiência ao País, que não consegue mais pagar suas contas; um país que trabalha, que produz, cuja população paga tantos impostos e não vê produtos públicos de qualidade nem na saúde, nem na educação; não vê investimentos serem feitos de forma contundente no Brasil, porque, na verdade, todo o imposto brasileiro está sendo consumido pelo custeio dos poderes estatais.

Essa lógica, obviamente, em algum ponto, tem que mudar, sob pena de quebrar o Brasil e vermos todos os impostos brasileiros serem consumidos somente para custear os benefícios e as vantagens dos poderes públicos.

O Brasil precisa decidir que caminho vai seguir, para que não tenhamos que aumentar impostos para podermos ter um pouco de dinheiro para investimentos e, ao longo do tempo, vermos esse dinheiro ser consumido com vantagens, benefícios e aumento da máquina estatal brasileira.

Estamos neste debate reconhecendo que é muito difícil o Estado trazer mais eficiência à ELETROBRAS. O Presidente da ELETROBRAS, o Wilson, se não for o melhor, é sem dúvida um dos melhores executivos do setor elétrico brasileiro. Ele veio aqui e disse: *“Estamos no nosso limite. Não conseguimos mais trazer eficiência*



à ELETROBRAS. *Temos limitações e precisamos fazer alguma coisa*”. Por que ele disse isso? Porque o valor da empresa tem derretido ao longo do tempo. A ELETROBRAS perdeu 30 bilhões de reais de valor do seu patrimônio líquido nos últimos 6 anos.

De 2011 a 2015, ela saiu de um patrimônio de 77 bilhões de reais para 42 bilhões de reais. O valor de mercado dessa empresa saiu de 26 bilhões de reais para 9 bilhões de reais, quer dizer, quase nada. Por quê? Porque o mercado reconheceu o tamanho da ingerência política, da má gestão que estava ocorrendo nessa empresa na época em que o PT governava o Brasil. O que acontecerá se não fizermos nada? Se a ELETROBRAS continuar perdendo valor, em média, de 5 bilhões ao ano, nos próximos 8 anos, ela não terá mais nenhum valor, as suas dívidas serão maiores do que os seus ativos e, portanto, essa empresa não valerá mais nada. Nós acabaremos destruindo um patrimônio sem fazer nada.

O que tentamos fazer aqui, na verdade — ao contrário do que dizem aqueles que são contra —, é preservar o patrimônio do povo brasileiro, com uma gestão mais eficiente à frente dessa empresa.

Eu pergunto: qual empresa consegue sobreviver quando suas despesas aumentam muito mais que suas receitas? As despesas da ELETROBRAS cresceram quase que 65% nos últimos anos, sendo que o impacto da Medida Provisória nº 579, de 2012, foi apenas de 20% nas receitas. O aumento da despesa é muito maior do que as receitas, ainda com o efeito das cotas. O que isso faz? Faz com que a dívida da empresa não pare de crescer, não pare de perder valor. Ela teve um prejuízo de quase 30 bilhões de reais de abril de 2012 a 2015 e hoje não tem mais capacidade de fazer investimento. O Grupo ELETROBRAS perdeu capacidade de fazer investimento, e essa empresa então está se derretendo no setor elétrico brasileiro.

É preciso salvar a ELETROBRAS, é preciso salvar o patrimônio dos brasileiros e reconhecer que a própria legislação brasileira seja incapaz de colocar na ELETROBRAS uma gestão eficiente que possa salvá-la. É por isso que precisamos mudar o modelo. Ficar fazendo discurso fácil aqui e não fazer nada, como aconteceu nos últimos 10 anos, é ver essa empresa ir embora das mãos do



brasileiro; é ver o valor dela diminuir a cada dia, o patrimônio dela diminuir a cada dia.

Falaram aqui que o valor dela é 400 bilhões de reais, porque ela tem ativos de 400 bilhões de reais. Isso é uma completa ignorância a respeito do valor de uma empresa. O valor de uma empresa não é só o valor dos seus ativos. Ela tem dívidas e precisa pagar seus compromissos. O valor de uma empresa é, no máximo, o valor do seu patrimônio líquido. No caso da ELETROBRAS, o valor de mercado dessa empresa já é menor que seu patrimônio líquido.

Esse é um movimento necessário ao País. O Brasil precisa focar suas atenções em atender bem as pessoas nas áreas da saúde, educação, segurança, e poder entender que o Estado brasileiro é incapaz de estar em todas as partes e fazer tudo com competência, com gestão, com eficiência.

Agora eu quero me dirigir ao Sr. Vicente. Parece que ele, a ex-Presidente Dilma e poucas outras pessoas acham que a Medida Provisória nº 579 foi benéfica ao País, que ela diminuiu o preço da energia no Brasil.

Sr. Vicente, o senhor não acha que os 60 bilhões de reais da RBSE que estão tendo que ser incorporados às tarifas de energia, fruto da Medida Provisória nº 579, não aumenta o preço da energia no Brasil?

Eu quero saber se os 22 bilhões de reais, que hoje já se transformaram em 40 bilhões de reais, dos empréstimos para socorrer as distribuidoras, frutos da Medida Provisória nº 579, não afetam o preço que hoje já está chegando às contas de energia dos brasileiros. Eu quero saber se a confusão do GSF de 30 bilhões de reais não afeta a conta de energia dos brasileiros. Eu quero saber se colocar 20 bilhões de reais do Tesouro Nacional para baixar conta de energia artificialmente é uma medida eficiente do setor de energia elétrica brasileiro. Tirar dinheiro da saúde para baixar a conta artificialmente e ganhar a eleição é uma medida responsável e eficiente? Eu quero saber se essa medida de fato é boa. Eu quero saber se cobrar 17 bilhões de reais de outorgas das usinas que foram leiloadas — previsto na Medida Provisória nº 579 — não aumenta o preço da energia.

Comparar o valor das transmissoras da ELETROBRAS com as transmissoras que foram licitadas nesse leilão é a mesma coisa que comparar o valor de um Fiat Uno velho com o de uma Ferrari nova. Um tem 30 anos pela frente para receber



receita; o outro está com a sua concessão terminando. Isso é uma comparação razoável? É claro que não! Joga-se palavras ao léu para confundir a cabeça das pessoas que infelizmente não têm tanta informação do setor elétrico brasileiro como o senhor tem.

Aqui cabe um debate responsável sobre o Brasil e sobre o setor elétrico brasileiro. Não cabe mais o discurso fácil daquelas pessoas que querem vir aqui defender alguns segmentos, alguns setores, mas que, na verdade, não se preocupam com o Brasil.

Fala-se do Rio São Francisco. Esse Rio está morrendo há quanto tempo? A CHESF não tem dinheiro para fazer investimento. Pergunto: qual é o valor do investimento que a CHESF fez nos últimos 5 anos nos seus serviços ambientais, incluindo o Rio São Francisco? A informação que eu tenho é de 20 milhões de reais por ano, somente. Aqui está se propondo uma obrigação de mais de 250 milhões de reais por ano para fazer investimento direto na recuperação e preservação do Rio São Francisco.

Nós não preservamos recurso hídrico no Brasil com discurso fácil, com discurso barato, mas com investimento e trabalho bem feitos. Ou não é verdade que a CHESF tem dificuldade de fazer investimento? É só pegar o volume de investimento que a CHESF fez nos últimos anos, ou melhor, que o sistema ELETROBRAS fez nos últimos anos. Uma empresa que investiu, em 2014, 11 bilhões de reais, investiu, em 2017, 5 bilhões de reais.

A participação dessa empresa diminui a cada ano no parque gerador do Brasil, porque ela não consegue mais fazer investimento. A mesma coisa ocorre em relação à transmissão de energia elétrica. A maioria dos problemas das empresas de transmissão de energia no Brasil são de empresas estatais. As obras estão em atraso porque elas não têm mais condições de fazer investimentos. Isso tudo é custo para os consumidores de energia do Brasil, é custo para os brasileiros, e nós precisamos evitá-los.

Não é verdade que as distribuidoras de energia têm que ser subsidiadas todos os anos pelos brasileiros, pela sua ineficiência. Isso é custo que entra na tarifa de energia elétrica brasileira.



Então, é preciso um debate sério sobre o custo para evitar a ineficiência da gestão? Devemos ou não trilhar esse caminho da eficiência, da boa gestão, inclusive para as empresas públicas brasileiras?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Rodrigo de Castro, vou passar a palavra para o nosso conferencista, porque ele tem que pegar o avião às 19 horas.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, fiquei esperando até agora. Peço apenas 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Está certo.

Tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que também sou inteiramente favorável à privatização da ELETROBRAS. Acho essa empresa importante, necessária para o País e, talvez, poucas empresas tenham sido tão atacadas como ela foi durante os anos da administração do Partido dos Trabalhadores, quando ela perdeu o seu valor.

Estranha-nos muito que, durante esse período em que ela foi assaltada, não houve participação do sindicato denunciando aquele crime que foi cometido como empresa.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar também ao nobre Deputado Patrus Ananias que desastrosa é a administração do PT hoje do Governador Fernando Pimentel, que rouba 3 bilhões de reais dos Municípios, dos hospitais filantrópicos de Minas Gerais, que estão à míngua, arrasando o Estado de Minas Gerais. O Governador Pimentel é uma vergonha para o Brasil, em termos de falta de ação, de gestão e de compromisso com a saúde dos mineiros.

Lamento a fala do Sr. Vicente com relação à malfadada MP 579/12. À época, eu tive a honra de ser Presidente da Comissão de Minas e Energia desta Casa. Realmente todos os debates que travamos, toda a vivência mostrou que ela foi um desastre de proporções realmente monumentais para o País.

Quero finalmente dar o meu depoimento. Eu sou nascido na região do Rio Doce. Faço política naquela região. Fui o Deputado mais votado de Mariana.



Lamento muito aquele acidente. Realmente ele foi fruto de uma soma de erros, com os quais todos nós devemos aprender. Isso trouxe danos gravíssimos ao Rio Doce, que demorarão muito a ser reparados.

Neste momento, também quero dizer da importância do trabalho que vem sendo feito pela Renova. Há depoimentos de quem acompanha de perto esse trabalho fundamental. Existe a possibilidade, através da Renova, de aquela região ter o maior investimento da sua história, principalmente na recuperação do meio ambiente. É claro que quanto mais esse trabalho for fiscalizado e compartilhado, melhor. Mas quero dizer ao Dr. Brumer da nossa confiança na sua história e na sua capacidade de estar à frente dessa monumental e importante missão, cujo desfecho todos nós daquela região esperamos há muito tempo.

Há um clamor naquela região pela reabertura da Samarco. Falo desse tema sem o menor medo. É claro que a Samarco tem que pagar pelos seus erros, é claro que as ações têm que continuar. Na sua reabertura, devem ser observados, com muito mais rigor, os condicionantes ambientais. Mas a empresa faz muita falta àquela região de Minas Gerais, de maneira muito especial, à cidade de Mariana. Ela era a maior exportadora de Minas Gerais. A sua inatividade realmente também tem acarretado sérios prejuízos à cidade. Quem anda por Mariana, quem frequenta Mariana, como eu frequento, sabe que a população inteira clama pela sua reabertura.

Da mesma maneira que nós temos acompanhado essas questões, vamos acompanhar a Samarco, para que ela volte a ser uma realidade e principalmente para que, cada vez mais, a ação da Renova se manifeste em Minas Gerais, trazendo o crescimento e a riqueza de que aquela região tanto necessita.

Dr. Brumer, parabéns pelo seu trabalho! Conte com o nosso apoio, com a nossa admiração, com a nossa torcida.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, só quero dizer que, iniciada a Ordem do Dia, eu vou ter que me dirigir ao Plenário. Depois busco, nas notas taquigráficas, as respostas dadas pelos expositores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado pela sua contribuição.

Passo a palavra ao brilhante Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, em primeiro lugar, eu queria apelar para que seja realizada a audiência da Comissão em Belém do Pará, proposta no Requerimento nº 106, de 2018, de autoria da Deputada Erika Kokay. Sei que há uma audiência prevista em Pernambuco. Faço um apelo para que também se realize uma audiência no Pará, por vários motivos, entre os quais o fato de que o Estado tem duas grandes hidrelétricas e de que é superavitário em produção de energia.

Creio que é um direito do povo paraense debater o tema. A Assembleia Legislativa já disponibilizou o plenário, no dia 4, para a realização desta sessão. Então, as condições de infraestrutura existem. Eu queria que a Presidência pudesse definir essa questão.

Há outra questão, Presidente. Fica parecendo que estão dando bombons aos Deputados e Senadores do Nordeste que tornaram pública a sua posição contrária à privatização, como se eles fossem crianças e se contentassem com balinhas, com chocolatezinhos. Dizer que haverá investimento para recompor a bacia é uma falácia.

O dinheiro da ELETROBRAS foi usado para destruir a imagem da própria empresa, como já está noticiado pela grande imprensa. O que já era, no mínimo, crime de lesa-pátria agora é uma tentativa de, para viabilizar apoio à privatização, dizer que vai haver investimento na recomposição. Ora, o Governo está totalmente submetido à lógica das grandes corporações, das gigantes do mundo. Isso é uma vergonha!

O Deputado José Carlos Aleluia numa irá admitir, mas qualquer cidadão com o mínimo de esclarecimento sabe que ele não vai gastar um milésimo da tinta de uma caneta esferográfica qualquer, que não vai gastar tinta de impressora. Ele vai receber um relatório pronto. Da mesma forma, a Shell dava assessoria direta, sem medo de ser vista. Os seus lobistas faziam redação para o projeto que concedeu mais de 1 trilhão de reais em benefícios fiscais até 2040, uma verdadeira vergonha.

Empresas que já têm o pré-sal privatizado chantageiam e obtêm benefícios fiscais neste País, cujo Presidente veta o REFIS das pequenas e microempresas, enquanto favorece as grandes empresas, o agronegócio e as grandes petroleiras. Foi preciso luta para derrubar o veto que beneficiaria as pequenas e microempresas.



Sabemos que as empresas de capital intensivo não geram emprego. Elas são as que menos contribuem para o desenvolvimento do País. Sabemos que nada é mais importante para o futuro do País do que a sabedoria.

Há sábios, há grandes cientistas, há gente com muito domínio técnico nas universidades, nas instituições estatais da área de energia, inclusive na ELETROBRAS, que permitirão, se houver vontade política, transformar este País numa verdadeira potência energética.

Nós podemos produzir uma nova matriz energética. As hidroelétricas não podem ser descartadas por principismo, não hidrelétricas como a de São Luiz do Tapajós ou a de Belo Monte, que não produz energia, produz menos da metade do que produz a de Tucuruí e custou mais de 30 bilhões a juros negativos. Houve recursos públicos para financiar as grandes corporações nacionais e estrangeiras do setor. O que querem fazer com a venda da ELETROBRAS é destruir o futuro do País e impedir que o PROINFA tenha continuidade.

Nós podemos dar uma lição às grandes nações. Nós podemos dar o exemplo até para países tão poderosos na produção de energia solar, como a Alemanha, um país que não tem a mesma quantidade de luminosidade solar quanto o Brasil, mas tem mais de 30% da sua energia produzida dessa fonte.

O Brasil vergonhosamente pode ter um programa que permitiria a produção de uma nova matriz energética com as pequenas e as micro-hidroelétricas podendo ser construídas com baixíssimo impacto ambiental e social, com investimento principalmente em energia eólica e solar.

Isso nos daria condição de um verdadeiro desenvolvimento, mas o Governo não tem nenhum compromisso, quer dar a ELETROBRAS de presente, e os 8 a 12 bilhões de reais que talvez se recebam, com essa balela de que vai resolver o equilíbrio fiscal brasileiro, vão ser pagos com o dinheiro público, financiados a juros negativos pelo BNDES, para serem pagos ao longo de décadas. É isso o que vai ocorrer com esse PPI comandado pelo pretenso Ministro de Minas e Energia, envolvido em uma série de escândalos de corrupção.

Nós não podemos admitir a venda desse patrimônio estratégico para o País. Não há argumento cabível nessa tentativa de destruição do futuro soberano da nação brasileira.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Concedo a palavra ao nosso conferencista Dr. Wilson, da Renova.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Deputado Patrus Ananias, em relação aos pontos que V.Exa. levantou sobre o termo governança, quando me referi à complexidade da governança, em nenhum momento me referi a deixar que um segmento A ou segmento B participasse do processo. Disse que é uma governança complexa exatamente porque ela envolve vários segmentos da sociedade.

Eu me referi especificamente a alguns segmentos da sociedade que, a meu ver, nós devíamos repensar se o papel que está sendo desempenhado está na linha da construção. Na minha fala me referi especificamente ao caso do Ministério Público.

Há hoje um valor já negociado e, em cima desse valor, existem os programas, cuja cópia estou deixando aqui à apreciação da Comissão. Há ainda um processo em negociação com os mantenedores e, nesse processo que está em andamento, está-se utilizando muitas coisas que poderiam estar mais avançadas e que infelizmente são de certa maneira bloqueadas.

Nós já podíamos estar com o processo de assentamento quase pronto, mas as discussões em torno do que o Ministério Público está fazendo, a meu ver, desculpem-me, com toda a franqueza, são incompatíveis.

Então, quando me refiro à governança, não falo do modismo da governança, mas da complexidade dos atores envolvidos. Não se trata de desculpas. Do contrário, disse e repito que temos muita coisa a melhorar. Posso afirmar aos senhores, que já me conhecem de longa data, que sempre estaremos abertos a receber sugestões de melhorias, de aprimoramento. Acho que não há nenhuma vergonha em receber sugestões, desde que sejam construtivas.

Quando foi assinado o primeiro Termo de Transação e Ajustamento de Conduta — TTAC, que está hoje em vigor, foi muito discutida essa representatividade das comunidades. Elas estão representadas hoje através do Conselho Consultivo, conforme apresentei durante a minha fala. Essa representatividade é muito bem coordenada. Em toda a reunião que temos hoje do Conselho Curador, o Conselho Consultivo se apresenta, trazendo as demandas que



vêm das comunidades, que às vezes são maiores, outras vezes menores, mas estamos lá sempre abertos a ouvir.

Embora saiba que às vezes haja falha nossa de comunicação ou de informação, existe, sim, a representatividade das comunidades. Eu me coloco à disposição.

Em relação aonde os valores estão sendo aplicados, eu me comprometi a encaminhar à Presidência da Comissão esses valores e farei isso tão logo chegue à Belo Horizonte.

Queria afirmar aos senhores o seguinte: se conseguirmos — e vamos conseguir — implantar todas as medidas que tentei ali de uma maneira bastante resumida mostrar na apresentação, eu não tenho dúvida em afirmar que temos uma grande e real chance de recuperar a Bacia do Rio Doce. Hoje temos lá o apoio dos representantes de bacias.

Ouviram-se também sobre programas ligados ao próprio saneamento dos Municípios. Sabemos que hoje é uma realidade: os Municípios precisam de recursos para saneamento de esgoto, resíduos sólidos, etc. Se não colocarmos tecnologia, se não colocarmos mercado, se não colocarmos novas formas de produção e produtividade para os próprios moradores e pequenos produtores da região, dificilmente eles vão conseguir atingir os objetivos.

Estamos procurando fazer tudo isso de maneira sinérgica. Desculpem-me a palavra, mas aprendi muito isso com a minha vida profissional. Vamos reflorestar 40 mil hectares, mas vamos também aproveitar essas áreas já existentes, reflorestando isso de maneira sustentável, não só sob o ponto de vista do reflorestamento em si, mas também sob o ponto de vista econômico e social.

Então, Deputado, eu me coloco à sua disposição para dar os esclarecimentos necessários e para receber qualquer sugestão.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Não seria nem esclarecimento, mas eu gostaria de ouvi-lo também, Dr. Brumer, com relação à participação dos movimentos sociais, especificamente do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - O MAB esteve recentemente com o Presidente da empresa, o Dr. Roberto Waack, e sei que eles inclusive conversaram



sobre a forma como o MAB também pode colaborar nesse processo. Posso lhe dar depois o resultado dessa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O senhor está liberado. Muito obrigado. Não perca o avião.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER - Eu queria agradecer à Comissão a oportunidade e, de fato, me colocar à disposição principalmente dos Governos de Minas Gerais e Espírito Santo e dos Srs. Deputados e representantes da sociedade como um todo.

Quero apenas dizer que não estou aqui defendendo a Samarco, estou aqui falando pela Fundação Renova, mas eu queria deixar um ponto para reflexão, aproveitando a palavra do Deputado Rodrigo de Castro. Não sei se todos sabem, nem em Minas Gerais, mas a Samarco representa 6% do PIB do Espírito Santo. Digo de novo, tenho convicção de que a retomada da Samarco — lógico, em condições adequadas, em condições de respeito a tudo e certamente com precauções em função de tudo o que aconteceu —, sob o ponto de vista econômico e social, é extremamente importante.

Num cálculo muito preliminar que fizemos, a retomada da Samarco, que certamente se dará paulatinamente, no momento adequado, poderia gerar cerca de 20 mil empregos naquela região. Como os senhores veem, não é algo que possa ser desprezado.

Muito obrigado a todos e espero ter contribuído para reflexão dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Nós é que agradecemos, Dr. Wilson. Muito obrigado.

Eu cometi um erro. O Deputado Fabio Garcia tem mais 5 minutos para falar.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, vou pedir licença a V.Exa. e aos demais expositores, porque o meu desejo é ficar aqui até o final e ouvir todos, mas estou sendo informado de que está havendo uma votação nominal. Então, vou ao plenário e, se der tempo, volto para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Está certo.



O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, na verdade, achei que faria o uso da palavra em duas partes: uma como Líder e outra como membro desta Comissão. Vou tentar não utilizar os 5 minutos para fazer minha parte como membro desta Comissão.

Quero lembrar que, no início de 2015, ainda como consequência da desastrosa Medida Provisória nº 579, de 2012, feita pelo Governo Dilma Rousseff, tivemos um tarifaço no Brasil. Houve um aumento em média de 50% no preço da energia no Brasil. E a que se deveu isso? Obviamente às contas que foram postergadas, empurradas para frente, pela Medida Provisória nº 579, de 2012, como o caso que citei aqui da RBSE, que é a indenização das transmissoras e das geradoras, e acabou chegando à conta de energia elétrica dos brasileiros. Aquela foi uma medida irresponsável com o setor elétrico, foi populista, para ganhar voto, para ganhar eleição.

Mas quero falar sobre mais uma questão que usam muito como argumento para a não privatização da ELETROBRAS. Dizem que vão privatizar o Rio São Francisco. Que bobeira! Que burrice! Que argumento sem nexos e sem lógica nenhuma! E são os mesmos que defenderam as concessões das Usinas de Belo Monte, Santo Antônio, de Jirau, de Colíder, que são usinas construídas, operadas e proprietárias de grupos privados. Naquela oportunidade, não houve privatização do rio. Reconheceram o legítimo papel do Operador Nacional do Sistema Elétrico como sendo aquele que define quanto cada usina vai gerar no Brasil, quanto vai armazenar de água. É óbvio que não há privatização de rio algum. A empresa proprietária da usina ganha uma concessão temporária para explorar aquela usina, sob o comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico, sob as regras da legislação brasileira, sob a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica, cumprindo as diretrizes políticas do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia do Brasil, e sob o planejamento da empresa de planejamento energético brasileiro. Não existe privatização de rio.

A minha primeira pergunta é novamente ao Vicente: o senhor conhece algum rio que foi privatizado no Brasil? Se sim, por meio de que ato? Eu gostaria de saber que ato privatizou um rio no Brasil. O senhor reconhece o papel do Operador Nacional do Sistema Elétrico como aquele que define quanto cada usina deve gerar



no nosso Brasil? O senhor acha que a privatização da ELETROBRAS privatiza o Rio São Francisco? São essas quatro perguntas.

Agora, para finalizar, quero dizer que — como sou engenheiro demais para um Deputado, porque sou muito prático e pragmático — vejo uma solução muito prática para a recuperação do Rio São Francisco: a obrigatoriedade, sob pena de perda da concessão do comprador da ELETROBRAS, de fazer investimentos relevantes no Rio São Francisco, da ordem de 250 milhões de reais por ano.

Então eu queria perguntar: quanto, de fato, a CHESF investiu, em média, diretamente no Rio São Francisco nos últimos 5 anos? Qual o orçamento para investimento da CHESF no Rio São Francisco para a recuperação dele neste ano? E qual é o orçamento que a CHESF tem para investimento no Rio São Francisco no próximo ano? É muito bonito falar de preservação do Velho Chico, dizer que vão privatizar o Velho Chico, que não podemos deixar que isso aconteça, porque vai matar o velho Rio São Francisco. Mas os anos vão passando, vão passando, e vemos problema de assoreamento, falta de preservação e falta de investimentos nesse rio. Só ficar no discurso não vai resolver esse problema. O que vai resolver o problema do Rio São Francisco é conseguirmos fazer um investimento bem feito, bem gerido, bem planejado, bem aplicado, corretamente, com respeito ao dinheiro público. É isso que vai resolver o problema do Rio São Francisco.

Aqui temos a oportunidade de dar as mãos. Num Estado brasileiro sem capacidade de investir, nós temos que reconhecer isso e buscar uma forma de preservar o Rio São Francisco. E aqui, neste momento, existe uma oportunidade de podermos de fato preservar o Rio São Francisco.

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Antes de mais nada, quero agradecer aos conferencistas, que vieram de longe contribuir para aprendermos mais sobre ELETROBRAS, desestatização e futuro do Brasil.

Mas não vou deixar de brincar com meu colega Fabio Garcia: a base do Governo, em todas as reuniões, pode até ter demorado, mas atingiu quórum. Nas últimas reuniões, atingimos o quórum bem cedo, mas nas primeiras demoramos 1 hora, ou 1 hora e meia, e ficamos até o fim. Eu não vejo aqui nenhum Deputado da



Oposição, ao menos para ouvir o Vicente Andreu Guillo, que serviu ao Governo anterior.

Peço desculpas pela Oposição, por não terem ficado aqui para ouvi-lo. Vamos continuar colocando, sim, quórum. Vamos avançar. Se não votarmos aqui, levaremos a matéria para o plenário.

Dr. Vicente, ouvindo as suas palavras sobre o sistema elétrico e o sistema de águas, eu acho que o sistema da ANA — que criamos e acho que foi encaminhado pelo Governo da Dilma, e o senhor foi um dos diretores — fracassou. Falaram tão mal do tio Chico, do São Chico, do Velho Chico, mas eu tive a oportunidade de andar de barco lá e me encantei. Não sei quanto tempo o senhor lá ficou, acho que o senhor foi um dos primeiros diretores, mas parece que houve um fracasso na gestão da ANA. Deve ter havido. O senhor disse: “*O rio está abandonado*”. E onde estava a ANA? Com certeza não estava tomando banho lá.

O Fabio foi brilhante. Aqui a Oposição está batendo num mantra... Aliás, ela vem batendo em muitos mantras, desde que começamos a salvar o Brasil, quando o PMDB rompeu com o Governo da Dilma, e fizemos o *impeachment*. Depois fizemos o projeto de reforma, e o País saiu do buraco econômico. Ainda lutamos para sair do buraco fiscal, pelo qual teve maior responsabilidade o outro Governo.

A Oposição está agora batendo no mantra de que os rios serão privatizados. Eu acredito no modelo regulador. Acho que o Dr. Murilo, o Dr. Ailton e o Dr. Vicente também acreditam. Acho que esse modelo precisa ser regulamentado, ele não pode ser sufocado orçamentariamente pelo Executivo, porque o modelo regulador arrecada, e o Tesouro vai lá e saca. Então, as agências têm dificuldade de operar. O senhor passou por isso. Mas apoiar esse mantra que fracassou? É o mantra do golpe; o mantra do pré-sal; o mantra de que o teto de gastos não ia dar certo; o mantra de que a reforma trabalhista não ia dar certo... Esse é mais um mantra. Repetem, repetem, repetem essa mentira, mas isso não vai pegar. Eu acredito no modelo regulador. Eu acredito!

Eu sou médico, mas estou lendo agora a respeito desta matéria. Eu me envolvi com as cooperativas de eletrificação nos 8 anos do Governo FHC. Então, eu entendia um pouquinho do setor. Depois me afastei, e, agora, não entendo nada. Mas estou lendo. Trata-se de um modelo muito regulado e que dá lucro também.



Energia é ouro puro, mas na gestão pública não deu certo. Se tivesse dado, não estaríamos discutindo isso. Ou estaríamos? Não, não deu certo. Fracassou.

Feliz do *impeachment*, feliz do Presidente Michel, que colocou uma diretoria profissionalizada lá. O Dr. Wilson, que esteve conosco há duas semanas, iniciou um processo para melhorar a imagem da ELETROBRAS, não para enterrar a PETROBRAS. Há pouco, os colegas fugiram desse debate. Deviam ter ficado até o fim. É o contrário, se bem que é insuficiente. E nós não vamos vender a ELETROBRAS. Vamos pulverizar cotas, elas vão render, e a ELETROBRAS terá dinheiro para investimento, terá 49% no sistema de *golden share*. Na semana passada, aquele doutor do Pará, cujo nome eu não lembro, só passou por cima desse assunto. Então, eu cobreí, e ele teve que explicar o que é *golden share*. Trata-se de um sistema decisivo para a EMBRAER, que é hoje uma das grandes campeãs da indústria aérea do mundo. Ele explicou o que é o sistema, e é isso o que queremos. Nós não vamos entregar a ELETROBRAS. Não vamos entregar. Além disso, o País não tem riqueza suficiente para recuperar o sistema energético; aliás, para a infraestrutura brasileira, precisamos da poupança externa. Ou alguém duvida disso? Só quem não estuda um pouco. É só estudar um pouco, ou vai repetir mantras de um modelo fracassado.

Nós precisamos de uma reformulação. A ELETROBRAS não será privatizada. Ela está passando por uma reformulação. Como podem dizer que o São Chico não terá dinheiro, se está no PL que haverá 3,65 milhões de reais por ano, enquanto a CHESF, que também está sofrendo, gasta de 20 a 25 milhões de reais por ano?

Eu não sei se a CHESF entrou no pacote desastrado, caótico, irresponsável, precipitado da Medida Provisória nº 579, de 2012. Hoje o consumidor está pagando, e como! Foi um choque. Eu sou médico e posso dizer que foi uma hemorragia incontrolável, em que se põem 5 litros de sangue, 10 litros de sangue, e não se consegue controlar, como a hemorragia de um politraumatizado. Abre-se a barriga e não se consegue encontrar o sangramento. Mas ali nós encontramos: foi o modelo fracassado. E pior, se tivesse sido uma tentativa de acertar, ainda ia. Mas não, isso foi feito para ganhar a eleição.



Então, meus colegas que não estão aqui me desculpem. Precisavam estar para ouvir isso. Mas vai passar. E uma mudança difícil, e nós vamos explicar. Vai passar. O Brasil precisa disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fabio Garcia) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Os Deputados que falariam como membros da Comissão já terminaram de falar. Então, vou passar a palavra para o Vicente, porque ele tem um voo às 20 horas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Primeiro, apesar de não estar aqui presente, o Deputado Celso Pansera perguntou quais as alternativas para que não explodisse o custo da tarifa da transposição das águas do Rio São Francisco. É evidente que, se a empresa responsável pela operação daquele sistema, que hoje é a CODEVASF, tiver que comprar essa energia no mercado livre, ela vai disparar.

Nós já havíamos apresentado várias sugestões, mas infelizmente o setor elétrico não aceitou, no sentido de aproveitar a condição de vencimento das concessões do setor elétrico, particularmente agora, mais recentemente, como era o caso da CEMIG. A ideia era alocar uma parte dessa energia, de maneira a garantir que o preço da energia da transposição fosse o custo da operação e manutenção da usina, o que obviamente reduziria significativamente o valor a ser pago pela transposição.

Todos sabem aqui que o maior custo da transposição é a energia. Eventualmente, isso pode deixar essa água com um valor restritivo para o seu uso em alguns Estados e será da ordem de 300 milhões a 500 milhões de reais por ano — isso estimado com base no valor das tarifas de energia elétrica. Se houvesse uma opção de reservar energia para a transposição, obviamente isso poderia mudar.

Então, essa resposta diz respeito à indagação do Deputado Celso Pansera.

Sobre a outra questão, eu gostaria de fazer um debate, embora o tempo não vá me permitir, sobre as preocupações de fundo de atendimento da população e do setor produtivo brasileiro. Reportando-me a essa manifestação da FIESP, eu posso garantir aos senhores que qualquer um que estude o setor vai entender que a tarifa



vai subir. A tarifa vai subir. Não se precisa fazer nenhum esforço. E vai subir inclusive, como mencionei aqui, pelo custo da outorga.

A Deputada Erika Kokay fez outra observação pertinente: que essa energia vai virar energia a ser vendida no mercado livre — pois será um produtor independente de energia —, vai-se descotizar, e o valor da energia vai subir, no mínimo, ao valor de mercado, ou seja, vai sair dos 10 ou 20 reais que possa estar sendo cobrado agora para um valor muito mais alto. E mais: ela não vai impactar só a energia da CHESF ou da ELETROBRAS, ela vai impactar o que sobrou do mercado regulado de energia, porque ele vai diminuir tremendamente, e essa energia vai subir. Portanto, a tarifa vai subir mesmo.

A discussão que estamos fazendo aqui — e espero que seja essa — é sobre qual seria o melhor modelo sob o ponto de vista do atendimento da população brasileira.

A Medida Provisória nº 579, sem dúvida, produziu muitos problemas. Eu, particularmente, defendi àquela época isso que agora está sendo proposto aqui, embora de outra maneira, que é capturar-se uma parte do vencimento das concessões do setor elétrico e destinar esses recursos para investimento na melhoria das bacias hidrográficas brasileiras.

E, com a edição da MP, fez-se uma opção de rebaixar a tarifa — e realmente rebaixou-se em 20% na média —, e todos nós nesta sala tivemos tarifa rebaixada, quando não era necessário. Quem é do setor sabe que poderia ter sido constituído um fundo para a ampliação do sistema, inclusive para que a expansão do sistema ficasse mais barata. Infelizmente, foi tomada outra decisão.

A MP é perfeita? Evidentemente que não. A MP baixou a tarifa? Baixou.

Então, pode-se fazer qualquer esforço teórico para dizer que a MP 579 aumentou as tarifas no Brasil, mas não é verdade, pois houve uma diminuição das tarifas. Qual foi o grande problema das tarifas, além do modelo? É que logo em seguida começou a crise. Todos puderam acompanhar que essas medidas acontecem quase que simultaneamente à crise do setor elétrico. No ano seguinte as tarifas subiram de tal forma que aquela redução de 20% praticamente desapareceu.

Agora, não tivesse havido a redução de 20% — isso é conta —, nós estaríamos pagando as tarifas mais caras.



Há um discurso que é de natureza política, no qual não vou entrar. O senhor fez algumas perguntas sobre privatização de rio. A água no Brasil, felizmente, pela legislação e pela Constituição, não pode ser privatizada. Então, isso é um problema de discussão e convencimento, do ponto de vista político.

Agora, eu posso assegurar ao senhor, como gestor de recursos hídricos, que os conflitos vão aumentar e que a nossa capacidade de solução desses conflitos, tendo o setor elétrico na mão do setor privado, vai diminuir. E vou lhe dar o exemplo das usinas do Madeira, com regulação e com tudo o que temos hoje. E elas têm, inclusive, o mesmo modelo que será adotado para a ELETROBRAS, que é uma participação minoritária do capital público e uma gestão privada.

É só olhar o que é o conflito de Jirau e Santo Antônio. Eu não estou falando dos conflitos no restante do País. É só olhar o que acontece ali, em termos de se ter uma gestão de Santo Antônio que só olha para as questões dela; o que vai acontecer na usina que está rio abaixo é problema privado de quem está rio abaixo. Santo Antônio não consegue operar se as condições de Jirau não forem atendidas.

Eu posso assegurar ao senhor que, se Três Marias fosse privada... Aliás, posso lhe dizer que quem acompanhou a crise do São Francisco — e eu não fiz apenas uma visita para nadar no rio; digo isso porque faz parte do debate aqui, Deputado — sabe que ela só não foi maior porque Três Marias, em 2014 e 2015, chegou ao rodapé de sua operação. E isso porque era uma empresa pública. Se fosse privada, isso não se faria.

Se, por exemplo, você tiver a Bacia do São Francisco dividida, em uma situação de crise poder-se-á guardar água em Três Marias e atender o trecho entre Três Marias e Sobradinho, ou a água pode ser guardada em Sobradinho, se elas forem privadas. Sobradinho quer água lá.

Se o senhor pegar o exemplo do que aconteceu na usina de Ilha Solteira, na crise, quando a CESP ia vender Ilha Solteira, ela queria turbinar 4 mil de qualquer jeito. E para quê? Para esvaziar. Se iriam ou não esvaziar os reservatórios de montante, não interessava, porque o que ela queria era faturar.

E vou dizer ao senhor aqui que, quando os chineses compraram as usinas de Ilha Solteira e Jupia, estávamos às vésperas de ver uma nova crise naquela bacia. Nós tivemos que levar ao limite a operação naquela bacia. Felizmente, choveu.



Eu fico imaginando um chinês que comprou duas usinas para vender energia e, quando chegasse aqui ao Brasil, por conta desse modelo, tivesse que comprar energia a preço de liquidação no mercado livre de energia. Ele não iria conseguir fazer isso.

Então, permita-me dizer, com respeito, que não se trata de discurso contrário à privatização. Depois que conheci a Tokyo Power, no Japão, que é privada, eu não tenho mais essa preocupação em relação a ser pública ou privada uma usina. Ela tem que ser pública na gestão; a questão do patrimônio tanto faz. Uma empresa tem que ser pública na sua gestão. A Tokyo Power é privada, mas gerida por uma empresa pública. Há várias empresas públicas no Brasil que não se dão ao luxo de olhar para o interesse público. Na questão da água temos a SABESP, que é pública — e vai olhar como é feita a gestão de água naquela bacia...

Então, Deputado, o senhor fez também uma comparação. Mas, na minha opinião, ao se comparar um Fiat com uma Ferrari, isso também faz parte do discurso, mas é uma comparação errada — e o senhor sabe que é errada. Quanto ao custo de uma empresa, ninguém compra uma usina para levá-la para casa, ninguém compra uma linha de transmissão para levá-la para casa. Esses equipamentos do setor elétrico têm a finalidade da prestação de serviços.

Eu participei da privatização da CPFL. Eu acompanhei, pois eu era diretor naquela empresa — e o Wilson é meu amigo pessoal. Há uma coisinha que se chama custo de reposição de ativo. A humanidade vai acabar, e essas usinas vão continuar gerando. O custo de reposição de ativo é pelo valor atual. Então, a conta que eu fiz não é a do valor no balanço. Qualquer um de nós sabe que elas estão sendo depreciadas. Agora, o valor para a sociedade é o valor de uma linha nova. O valor de uma usina para a sociedade é o valor de uma usina nova. É assim que funciona.

Então, eu vejo que a minha preocupação principal não é com a questão tarifária; ela é uma preocupação de cidadão. Na condição de gestor de recursos hídricos, essa não é a minha questão, nem foi esse o enfoque que eu quis dar aqui. O enfoque que eu quis dar — e daí a minha pergunta — foi a seguinte: se a Bacia do Rio São Francisco tivesse sido operada com o setor elétrico privado, a solução da crise seria mais fácil ou mais difícil?



Vou lhe dar outro exemplo, pois o senhor é um profundo conhecedor: a AES Tietê, no Rio Tietê. O derrocamento do pedral de Avanhandava era obrigação, quando da concessão ou venda da AES Tietê, em 1995. Nada se fez até hoje. E transferiu-se o custo do derrocamento lá de Nova Avanhandava para o setor público.

A AES Tietê é responsável pelo *self-dealing* com a Eletropaulo, que jogou as tarifas da Eletropaulo — por encontros de interesses privados — entre as mais caras do Brasil.

Então, o que nós não podemos fazer é ficar pinçando argumentos nesse oceano de exemplos para escolher o argumento de conveniência. Eu posso garantir ao senhor e a todos os que estão aqui, pela experiência de gerenciar 8 anos de crise na ANA — e também fiquei quase 2 anos na gestão do Presidente Temer —, que uma bacia com usinas privadas vai aumentar o conflito.

Por último, o senhor está falando de que Wilson? O senhor está falando do Wilson que foi lá na primeira assembleia e, como uma pessoa do setor elétrico, disse: *“Nenhum país abre mão de, pelo menos, uma geradora e transmissora que seja capaz de regular o mercado”*, ou o senhor vai falar do Wilson que depois veio dizer que 12 bilhões de reais vão resolver o problema da ELETROBRAS? De qual deles estamos falando?

Eu, que conheço o Wilson, prefiro acreditar na primeira posição: nenhum país abre mão de ter, na questão hidrelétrica — não estou falando das térmicas —, uma base de pelo menos 25% que seja capaz de coordenar, a partir dessa ação, as demais empresas que atuam no setor.

Perder isso, no caso brasileiro, em troca de uma revitalização — que é fundamental, mas que pode ser feita de outra maneira —, na minha opinião, é um risco que vai em detrimento do interesse da sociedade. É apenas isso.

Agradeço, inclusive, a gentileza e a paciência que o senhor teve aqui em relação ao meu tempo.

Encerro agora a minha participação, pois já estou quase perdendo a hora do meu voo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu Guillo.



O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Eu tenho direito à réplica, Presidente, pois fui citado algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Tem.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Então, eu vou começar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Só não se estenda muito, senão ele vai perder o avião.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Já avançamos muito no debate com o Vicente. Ele já fez uma constatação que é óbvia, ou seja, que a privatização de rio não existe, o que acaba, na verdade, com grande parte do argumento da Oposição aqui. Ele já reconheceu que a Medida Provisória nº 579 tem problemas. Ainda não reconheceu que ela foi culpada pelo aumento da energia em 2015, mas obviamente é, porque ela não morreu em 2013, quando foi criada, nem em 2014, pois os efeitos dela continuaram vigentes. E, em 2015, o aumento de 50% da energia ocorreu em razão da Medida Provisória nº 579, obviamente.

Mas, em razão da pergunta sobre a qual Wilson eu me refiro, eu devo dizer que eu me refiro ao competente profissional do setor de energia elétrica brasileiro, que fez da CPFL uma das principais empresas do País, que fez a ELETROBRAS alcançar um dos maiores valores de mercado da história, com gestão eficiente. Eu me refiro a esse mesmo Wilson que veio aqui dizer para nós que reconhece que chegou ao limite a possibilidade de aumentarmos o valor da empresa com gestão — eu não ouvi o Wilson dizer que a empresa será salva com 12 bilhões — e que, na verdade, a privatização vai proteger o valor do patrimônio público. Foi isso o que ele disse para nós na exposição que fez.

Então, é a esse competente profissional que me refiro. Essa pessoa tem muita história no setor elétrico e merece todo o meu respeito e o respeito do setor.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Vamos ouvir a tréplica. O tempo é seu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO - É muito rápido. O Presidente da ELETROBRAS, o Wilson, meu amigo, pessoa que eu admiro, disse aqui que pode haver vários modelos, inclusive o de vender usina por usina. Esse modelo em



discussão, está claro, é um dos modelos; e ele tem dentro dele o problema de se fazer o mais rápido possível.

Em relação à CPFL, ele mencionou aqui que o normal é que o valor de mercado seja maior do que o patrimonial. Foi isso. Ao se pegar hoje 12 bilhões sobre 30 bilhões, que é o valor de mercado da ELETROBRAS, pode-se comprar quase 40% da empresa. Se houver, depois, uma gestão dessa empresa trabalhando para aumentar a tarifa — porque é isso o que vai aumentar o valor da empresa e, além da tarifa, a distribuição de dividendos — e se fizer no mesmo molde da CPFL, o senhor sabe a quanto chegará o valor da ELETROBRAS? Chegará a 100 bilhões de reais muito facilmente, que é o dobro do valor patrimonial.

Então, haverá essa transformação. Mas quem vai pagar por isso? Será só o mercado? Quem vai pagar por isso é a tarifa. E você vai transformar 12 bilhões em 40 bilhões de reais fácil, fácil.

Se o senhor prestar a atenção — desculpe-me, sei que o senhor prestou, essa frase não foi feliz — ao que foi dito aqui pelo Wilson, quem é que está disposto a colocar dinheiro em um aumento de capital da ELETROBRAS? Ele disse aqui quem é: fundo de pensão nacional e internacional. Eu indago: fundo de pensão é gestor de empresa de energia elétrica? Vai-se fazer o mesmo que se fez na CPFL. O que foi feito na CPFL? Comprou-se a CPFL por 1 bilhão e 700 milhões e vendeu-se por 50 bilhões para os chineses.

Então, eu queria dialogar sobre isso. Não estamos aqui discutindo sobre a pessoa do Wilson, mas sobre os interesses da sociedade brasileira.

Eu posso lhe assegurar isso como alguém que viveu esse processo de privatização. A confusão entre valor de mercado, ação, distribuição de dividendos e valor patrimonial é contra o investimento da sociedade brasileira. É simples desse jeito também, Deputado.

Se você comprar a ELETROBRAS pelo valor de mercado — que é de 30 bilhões —, a tendência inicial é cair o valor; só quando chegar perto do leilão vai subir, quando ocorrerá a venda. Mas o valor inicial vai cair. E colocar-se 12 bilhões em uma empresa que vale 30 bilhões... Se fosse o meu fundo de pensão — e sou vinculado à Fundação CESP —, eu recomendaria que comprasse, porque iria garantir a aposentadoria. Mas eu não estaria olhando para a questão energética.



Volto a dizer: qualquer país do mundo manteria, sem precisar de rentabilidade de banco, uma empresa estratégica, para que se pudesse, a partir dessa empresa estratégica, regular o mercado de hidroeletricidade e transmissão no Brasil. E essa empresa já foi feita, e não precisamos desmontá-la, que é a ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Vicente.

Concedo a palavra ao Dr. Murilo.

O SR. MURILO SÉRGIO LUCENA PINTO - Obrigado.

Respondendo ao Deputado Fábio, realmente, os investimentos na área socioambiental estão na faixa de 20 milhões de reais por ano. E esse é um problema sério, realmente, porque, quando foi feita a definição da tarifa de geração, os custos ambientais não foram considerados. Então, realmente, essa é uma questão séria.

Complementando, quero dizer que realmente é esse o número que o senhor colocou. A ANEEL está discutindo uma forma de melhoria da receita de geração. E, quando acontecer isso, a ANEEL está inclusive fazendo uma avaliação de que os custos ambientais sejam feitos com autorização prévia, vamos dizer assim, e eu não preciso justificá-los.

Então, eu reconheço realmente que os investimentos feitos não foram significativos.

Agradeço pelo convite a mim feito e espero ter contribuído um pouco com essa discussão, que é muito complexa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Com certeza, Dr. Murilo, o senhor cooperou. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Ailton.

O SR. AILTON FRANCISCO DA ROCHA - Nesse segundo bloco nenhuma pergunta foi diretamente dirigida a mim, então quero agradecer pelo convite e também me colocar à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado a todos os conferencistas e a todo o grupo que aguentou desde às 14h30min: jornalistas, assessores, Vereadores e Prefeitos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para reunião administrativa a ser realizada amanhã, às 10h30min —



e chamo a atenção da assessoria para essa reunião —, na sala 175-B, no Anexo II; bem como para audiência pública para discutirmos as atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica — CEPEL, a realizar-se amanhã, dia 25 de abril, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.